

**BALANÇO DE AVALIAÇÃO
DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
PAA**



**GRUPO GESTOR
RELATÓRIO DESCRITIVO
AGOSTO DE 2010**

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO
2. CONCEITO, CONCEPÇÃO E PAPEL DO PAA NA PERSPECTIVA DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
3. DESCRIÇÃO DO USO E DESEMPENHO DAS MODALIDADES DO PAA E SUAS DIFERENTES FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO
4. DESCRIÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO, A PARTIR DE SEUS EXECUTORES E PRINCIPAIS PRODUTOS ADQUIRIDOS
5. DESCRIÇÃO DO PÚBLICO QUE ACESSA O PROGRAMA: PRODUTORES E CONSUMIDORES
6. PRINCIPAIS RESULTADOS E DESAFIOS DO PAA IDENTIFICADOS EM PESQUISAS, SEMINÁRIOS E DEMAIS INSTÂNCIAS
7. PERSPECTIVAS DO PAA: MARCO LEGAL, ORÇAMENTO, FORMATO OPERACIONAL, COBERTURA, ETC.

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório trata da execução das diferentes modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA no período 2003 - 2010. Seu conteúdo é descritivo, apresentando quadros, tabelas e gráficos que possibilitem ao leitor entender de maneira simplificada como vem se dando a execução das modalidades do PAA desde a sua criação e desta forma construir seu próprio quadro analítico sobre o Programa. Esta forma de apresentação visa facilitar a compreensão, ampliar e estimular a discussão sobre o PAA, de modo que este processo de debate resulte na apresentação de propostas que levem ao seu aprimoramento.

O Grupo Gestor do PAA está realizando um processo próprio de avaliação, também com base nestes dados e informações. Este processo ainda está em curso, no entanto, alguns pontos importantes já podem ser destacados.

Em primeiro lugar está a necessidade dos operadores atuarem permanentemente para que a execução das modalidades atenda aos públicos e regiões prioritárias. Neste sentido, deve prevalecer a lógica da Segurança Alimentar e Nutricional - SAN, orientada pela demanda de abastecimento alimentar dos segmentos mais vulneráveis e dos circuitos locais.

O PAA contribui para a redução da pobreza no país. No processo de aprimoramento de sua execução será preciso fortalecer a sua regularidade e a permanência, consolidando-o como um instrumento estável de SAN direcionado para que os sistemas de Segurança Alimentar e Nutricional e de Assistência Social possam planejar seu funcionamento. Então é preciso construir a perenidade, provendo o atendimento continuado dos segmentos prioritários. Avançando nesta direção o PAA será ferramenta para o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN e da Agricultura Familiar.

Outro aspecto importante está na delimitação dos âmbitos de atuação do PAA e do Programa Nacional da Alimentação Escolar - PNAE, na medida em que, como instrumentos fundamentais de abertura e manutenção de mercado para a AF, apresentam complementaridade importante.

Estes são alguns elementos que devem pautar a discussão do “Balanço do PAA”. Este relatório ainda incompleto enquanto resultado da avaliação do Grupo Gestor, está sendo disponibilizado para que possa fomentar a discussão de forma ampla e participativa.

2. CONCEPÇÃO E PAPEL DO PAA NA PERSPECTIVA DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O quadro apresentado a seguir sistematiza os principais elementos da concepção e do papel que o PAA deve desempenhar como instrumento da política de segurança alimentar e nutricional.

Quadro 1. Aspectos estruturais da execução do PAA.

PARA QUEM?	<p>Fornecedor: agricultores familiares, com prioridade para povos e comunidades tradicionais, indígenas, pescadores, acampados e assentados da Reforma Agrária, agricultores familiares pobres e suas organizações.</p> <p>Consumidor: população em situação de insegurança alimentar e em vulnerabilidade social; Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos) e pela Rede Socioassistencial especialmente a referenciada pelos Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS.</p>
COM QUEM?	<ul style="list-style-type: none"> • Execução federalizada em parceria com a CONAB; • Execução descentralizada através de parceria com Governos Estaduais, Distrital e Municipais.
ONDE?	Em todo o território nacional com prioridade para as Regiões Metropolitanas, Semiárido, Territórios da Cidadania e CONSADs.
PARA QUÊ?	<p>Instrumento da política de SAN para o fortalecimento do SISAN promovendo o abastecimento alimentar da população mediante:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O suporte a rede pública de equipamentos de alimentação e nutrição e a rede de instituições socioassistenciais; • A estruturação de circuitos locais de abastecimento alimentar; • A formação de estoques de alimentos para assistência alimentar a populações específicas, populações atingidas por catástrofes e populações escolares em insegurança alimentar. <p>Fortalecimento da agricultura familiar e de suas organizações econômicas e promoção do desenvolvimento local mediante a compra direta de alimentos a preços mais justos, garantindo renda para os agricultores familiares e contribuindo para a regulação, de forma indireta, dos preços de mercado.</p>
COMO?	<ul style="list-style-type: none"> • Operando Sistemas Públicos descentralizados de Soberania Alimentar (Produção - Comercialização - Consumo), integrando fortemente as políticas de desenvolvimento agrícola e social; • Atuação coordenada de todos os executores do PAA, fazendo uso das suas dimensões e funções.
COM QUANTO?	Recursos públicos (dos orçamentos do MDA e MDS), suficientes para desempenhar plenamente suas atribuições e cumprir as funções estabelecidas nos regulamentos e deliberadas pelo Grupo Gestor.

3. DESCRIÇÃO DO USO E DESEMPENHO DAS MODALIDADES DO PAA E SUAS DIFERENTES FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

Inicialmente é apresentado um resumo das modalidades do PAA, de seus objetivos, forma de funcionamento, fonte de recursos, executores, acesso e limites por agricultor familiar. Estas informações estão resumidas no quadro apresentado a seguir.

Quadro 3. Modalidades, Objetivos, Executores e Limites Financeiros.

MODALIDADE	OBJETIVOS E FUNCIONAMENTO	FONTE DE RECURSOS	EXECUTOR	FORMA DE ACESSO	LIMITES POR AF (R\$/ano)
COMPRA DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR - CD	Pólos de Compra. Em situação de baixa de preço ou em virtude de atendimento de demandas de populações em insegurança alimentar. Cumprindo um importante papel na regulação de preços e no abastecimento.	MDS e MDA	CONAB	Individual, grupos informais, Cooperativa, Associação	8.000
FORMAÇÃO DE ESTOQUE PELA AGRICULTURA FAMILIAR - FE	Instrumentos de apoio à comercialização. Disponibiliza recursos financeiros e a organização adquire a produção de agricultores familiares sócios/filiados e forma estoque de produtos para posterior comercialização, em condições mais favoráveis.	MDS e MDA	CONAB	Cooperativa e Associação	8.000
COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA - CDS	Compra de alimentos produzidos por agricultores familiares e da doação desses alimentos para entidades integrantes da rede socioassistencial	MDS	CONAB, Estados e Municípios	Individual, grupos informais, Cooperativa, Associação.	4.500
INCENTIVO À PRODUÇÃO E AO CONSUMO DE LEITE PAA - LEITE	Propiciar o consumo do leite às famílias, que se encontram em estado de insegurança alimentar e nutricional, e incentivar a produção familiar.	MDS	Estados do Nordeste e MG (norte)	Individual, grupos informais, Cooperativa, Associação	8.000

Os dados apresentados a seguir demonstram que as diretrizes de públicos, finalidades e outras vêm sendo cumpridas, em boa medida. No entanto, há que se considerar que como algumas modalidades exigem a participação de organizações mais estruturadas capazes de manter a regularidade e o volume de abastecimento, sua execução se concentra na região sul, caso das modalidades FE e CD. Este grupo de AF mais estruturado, muitas vezes já tem acesso ao crédito Pronaf, com garantia de preços. Neste sentido, é salutar que a execução do PAA esteja cada vez mais focada no Agricultor Familiar menos estruturado, com maiores dificuldades na comercialização de sua produção.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Tabela 1. Recursos aplicados, AF participantes, pessoas atendidas e alimentos adquiridos.

MDS e MDA 2003 a 2009		2003 a 2009 (Resumo em: 02/08/2010)			
Período	Recursos Aplicados - R\$ em (Milhões)	Nº. de Agr. Participantes *	Pessoas Atendidas*	Alimentos Adquiridos (t)	
Geral 2003	R\$ 145,26	42.077	226.414	135.864	
Geral 2004	R\$ 181,07	68.576	4.261.462	339.925	
Geral 2005	R\$ 333,94	87.292	6.450.917	341.755	
Geral 2006	R\$ 488,68	147.488	10.700.997	466.337	
Geral 2007	R\$ 457,18	138.900	14.512.498	440.837	
Geral 2008	R\$ 505,94	168.548	15.407.850	403.155	
Geral 2009	R\$ 590,60	137.185	13.028.986	509.955	
Total Geral	R\$ 2.702,66	-	-	2.637.828	
Média Geral	-	112.867*	9.227.018*	-	

Fonte: Leite, CONAB, Estados e Municípios conveniados.

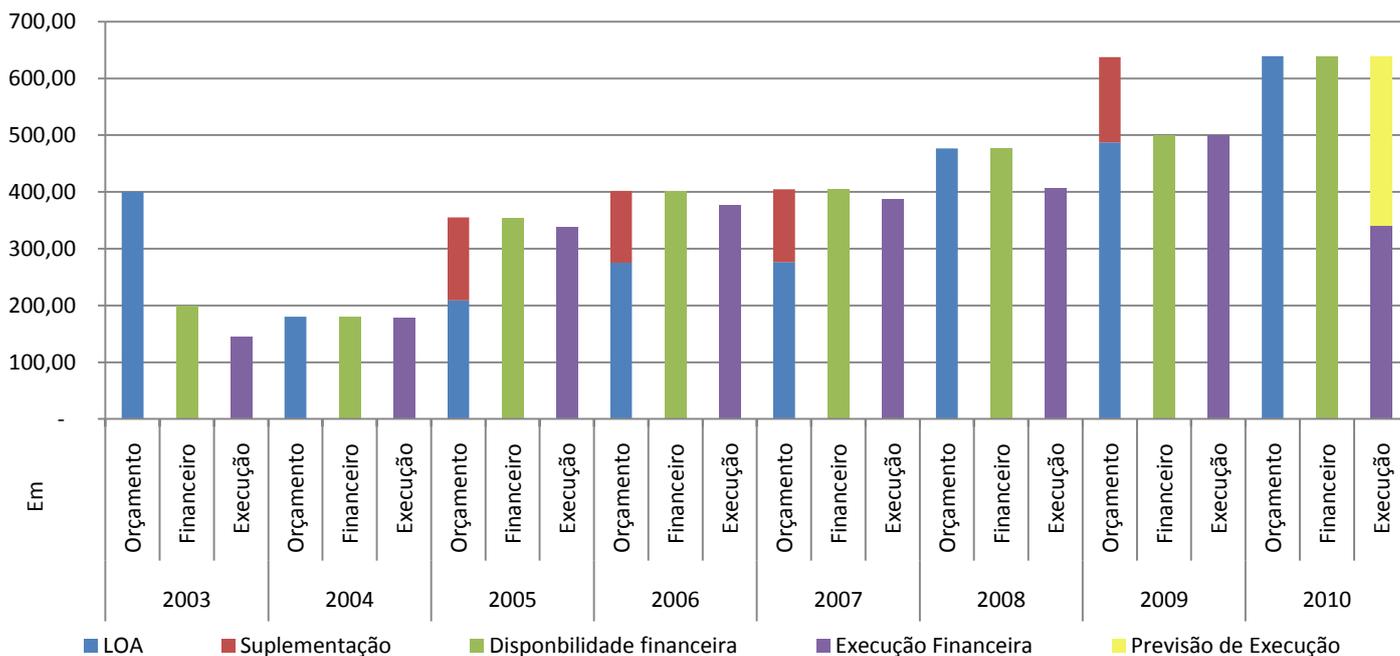
Dados sujeitos a atualização e correção.

* considera-se a média de agricultores e pessoas atendidos anualmente.

Pessoas atendidas – considera-se o número de atendimentos com repetição

A expansão dos recursos alocados a cada ano resulta na ampliação do número de agricultores familiares participantes, de pessoas atendidas e da quantidade de alimentos adquiridos.

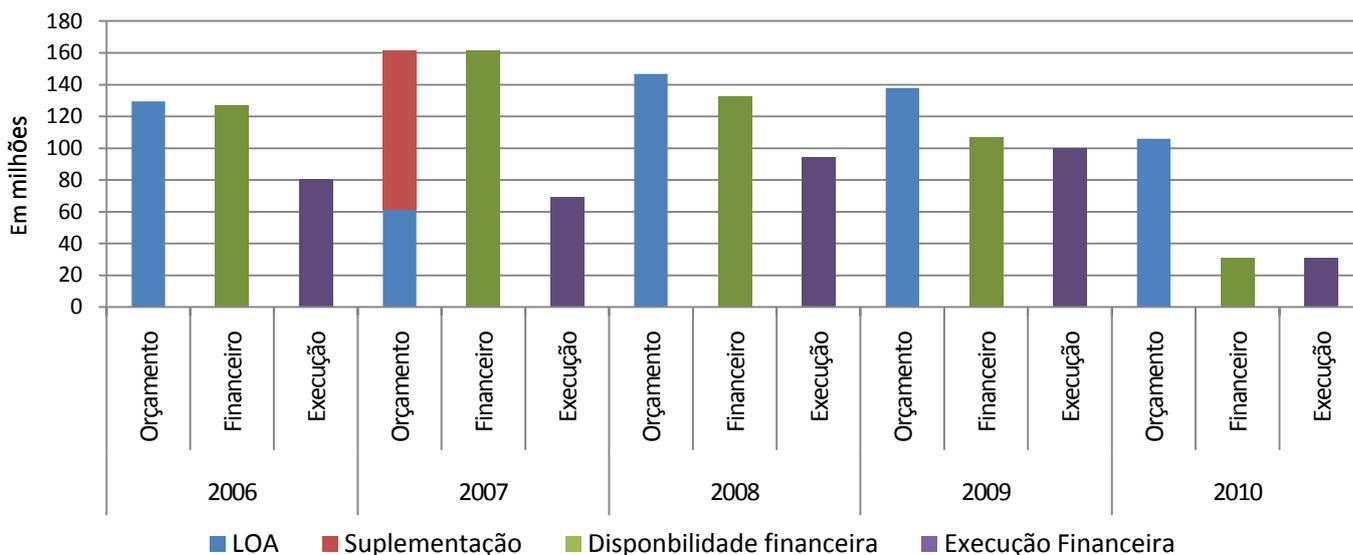
Gráfico 1. Valores orçamentários, financeiros e execução dos recursos do PAA a cada ano pelo MDS¹.



É possível constatar a execução crescente dos recursos orçamentários do MDS para o PAA, com suplementações freqüentes, exceto em 2008. Em 2009 embora tenha havido suplementação orçamentária, houve contingenciamento de recursos do Ministério. O gráfico permite constatar que a execução dos recursos tem sido praticamente integral em relação aos recursos disponibilizados.

Estima-se que a totalidade dos recursos disponibilizados no exercício de 2010 serão executados.

Gráfico 2. Valores orçamentários, financeiros e execução dos recursos do PAA a cada ano pelo MDA.



¹ Fonte: SIAFI – Gerencial para informações sobre orçamento e execução, nos anos de 2004 a 2010. A liberação de recursos financeiros foi igual a dotação orçamentária e créditos adicionais, com exceção ao exercício de 2009, quando houve contingenciamento orçamentário e financeiro para o MDS. Os dados de 2003 foram obtidos com o Consultor Sérgio Paganini.

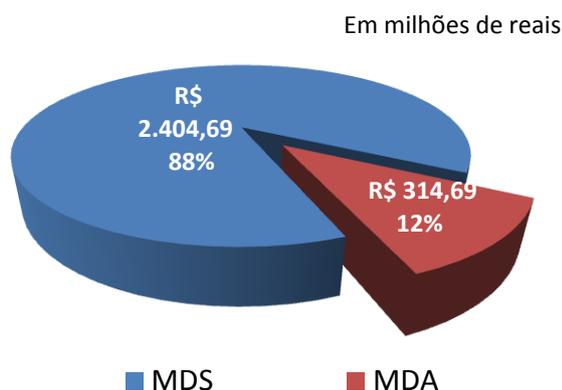
Ao longo do período analisado a execução orçamentária esteve aquém do limite financeiro disponibilizado. Isto porque a execução da modalidade Formação de Estoque – FE apresenta limites importantes quanto aos produtos e organização dos agricultores familiares. No entanto, a tendência que se verifica é de que haja uma aproximação desses valores de disponibilidade financeira e execução orçamentária, considerando os crescentes níveis de organização dos agricultores familiares e da forma de acesso a Formação de Estoque.

Em 2010, os recursos para a implementação do PAA no MDA estão contingenciados e não há como estimar a previsão de execução no exercício.

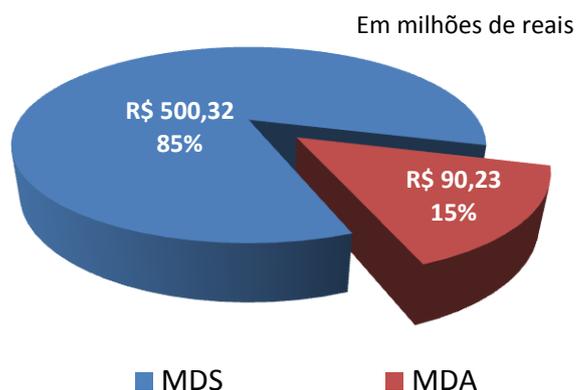
Os gráficos apresentados a seguir representam a execução orçamentária do PAA, no que se refere aos orçamentos do MDS e MDA. É destacada a execução global do período 2003 – 2009 e separadamente o exercício de 2009. Observa-se a predominância dos recursos alocados no orçamento do MDS.

Gráfico 3 e 4. Execução dos recursos do PAA no período 2003-2009 - orçamentos MDA e MDS.

Execução 2003 - 2009



Execução 2009

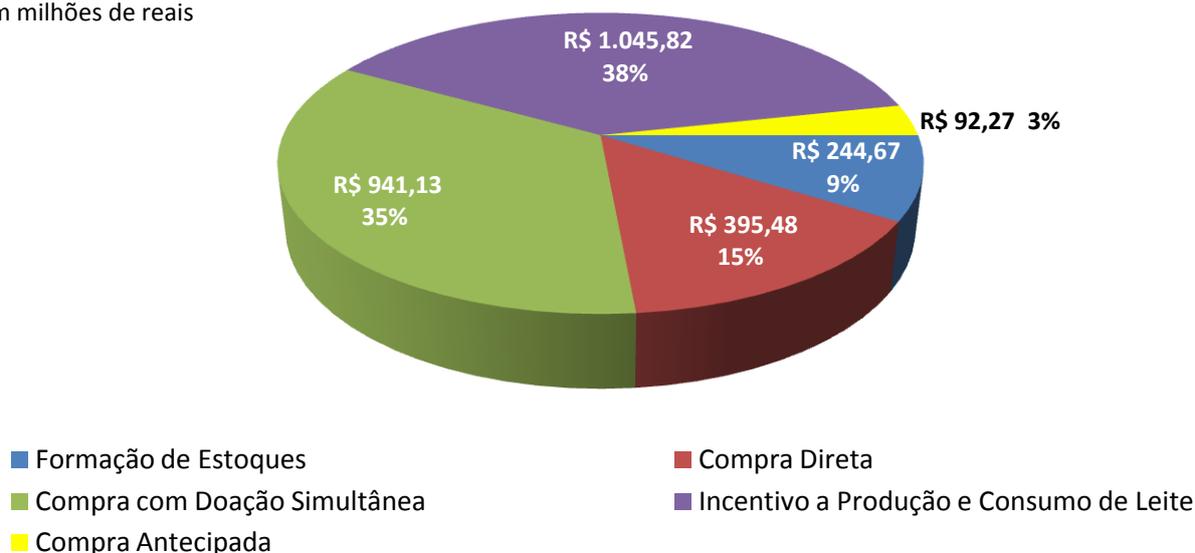


Constata-se a predominância dos recursos do orçamento do MDS, dado o maior número de modalidades que executa.

No ano de 2009 a execução orçamentária do PAA revela a manutenção do padrão verificado em anos anteriores quanto à distribuição de recursos entre o MDS e o MDA.

Gráfico 5. Execução do PAA no período 2003-2009, por modalidade.

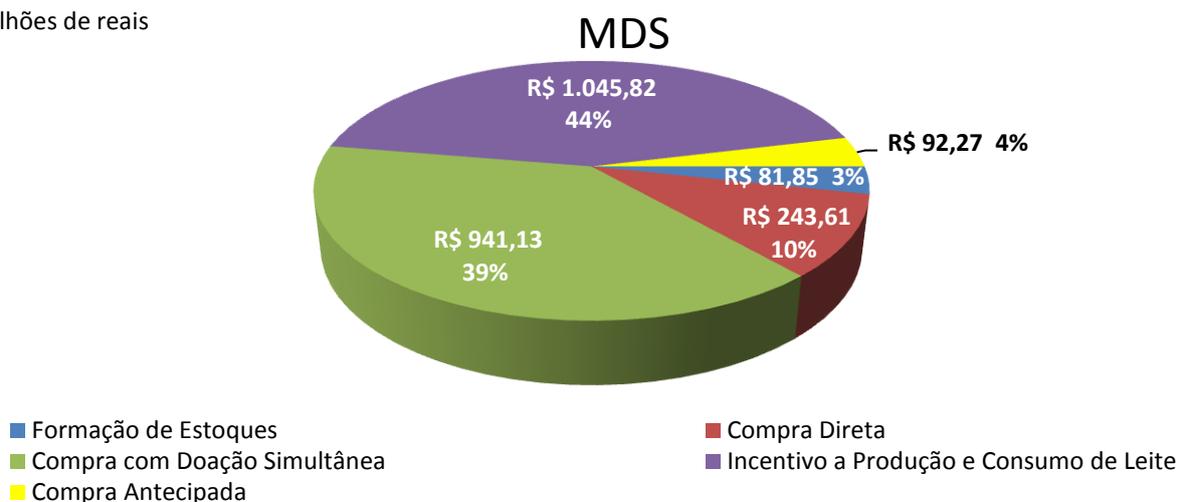
Em milhões de reais



Constata-se a predominância da modalidade conhecida como PAA Leite. Em seguida, com valores próximos aparece a Compra com Doação Simultânea - CDS, considerados em conjunto os diferentes executores (Conab, Estados, Distrito Federal e Municípios). De acordo com o executor, esta modalidade é também conhecida como Compra Direta Local. A Compra Direta - CD e a Formação de Estoques - FE emergem como modalidades com menor volume de recursos alocados no período analisado. A Compra Antecipada foi uma modalidade operada apenas em 2003 e 2004

Gráfico 6. Execução do PAA no período 2003-2009, por modalidade considerado o orçamento do MDS.

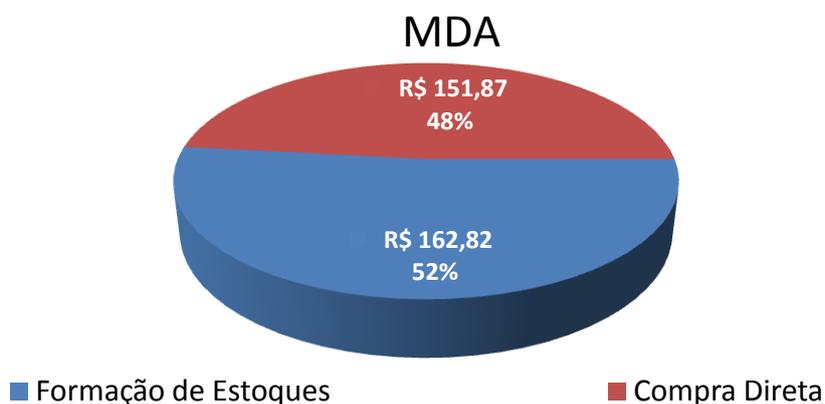
Em milhões de reais



Observa-se a predominância da modalidade PAA Leite sobre as demais. Em seguida as modalidades que implicam na Compra com Doação Simultânea - CDS dos produtos adquiridos, compreendendo os diferentes agentes executores (Conab, Estados, Distrito Federal e municípios). Juntas representam 83% dos recursos totais do orçamento do MDS alocados no PAA.

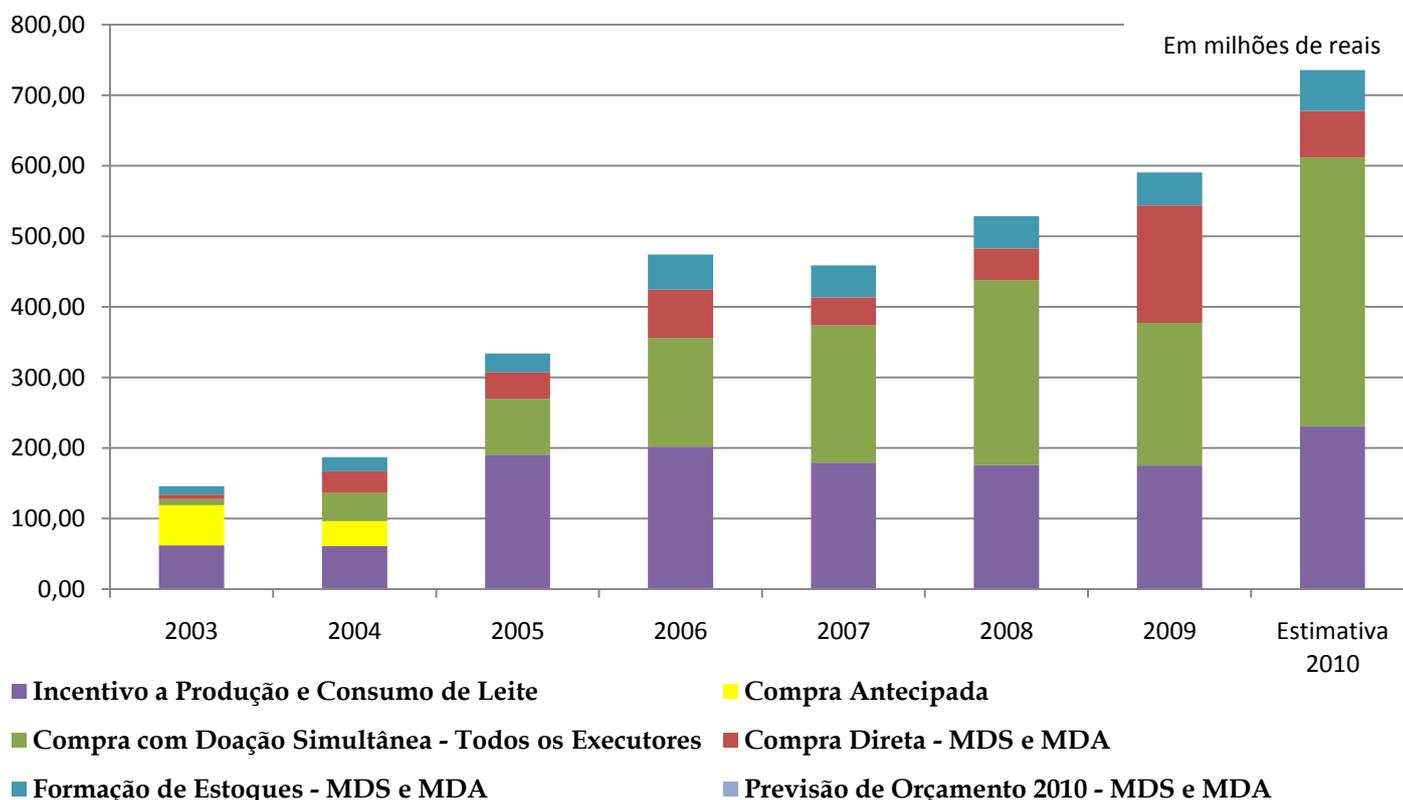
Gráfico 7. Execução Financeira do PAA no período 2003-2009, por modalidade considerado o orçamento do MDA.

Em milhões de reais



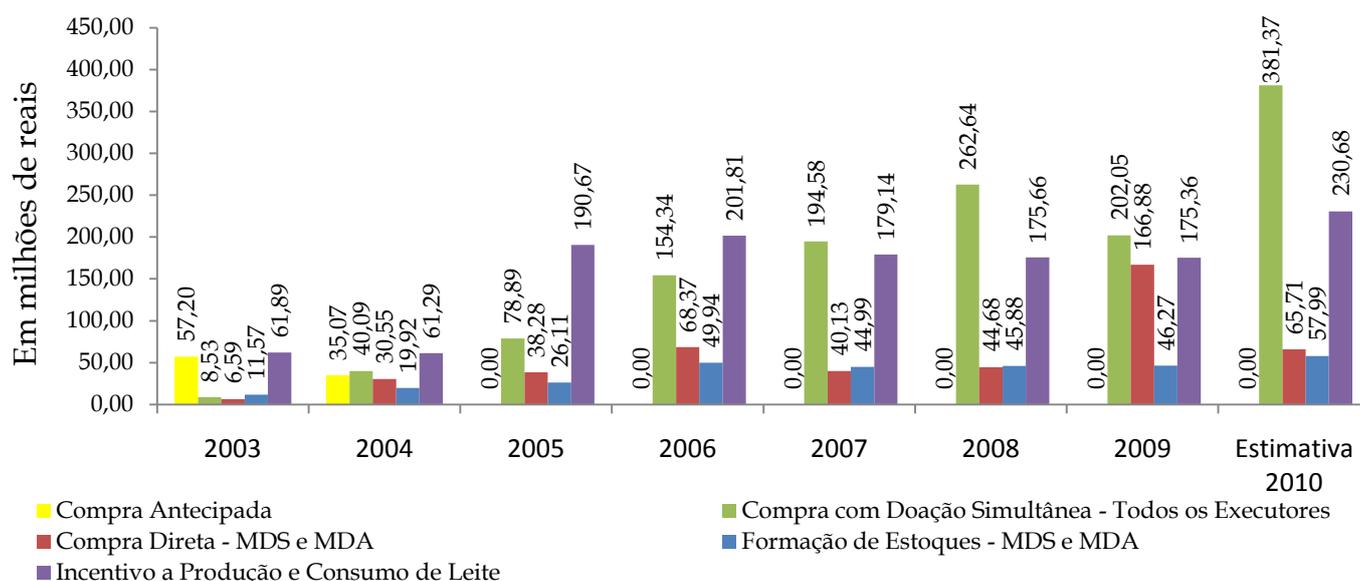
Observa-se a pequena predominância da modalidade Formação de Estoques sobre a Compra Direta no período observado.

Gráfico 8. Evolução da Execução Financeira do Programa, por modalidade, no período 2003-2009.



Este gráfico proporciona uma nova forma de visualização das informações de execução das modalidades ao longo do período 2003 – 2009, bem como a projeção de aplicação dos recursos em 2010. É possível constatar a ocorrência da modalidade Compra Antecipada – CA, apenas nos anos de 2003 e 2004; a importante incidência anual da modalidade PAA – Leite, crescente nos anos iniciais e depois constante ao longo do período; a crescente relevância da Compra com Doação Simultânea -CDS e a oscilação da participação das modalidades Compra Direta - CD e Formação de Estoque - FE em função da conjuntura de mercado.

Gráfico 9. Evolução da Execução Financeira do Programa, por modalidade no período 2003 – 2009, com projeção para 2010.



Este gráfico possibilita visualizar a importância relativa de cada modalidade ao longo do período analisado. Neste cenário destacam-se a importância crescente da Compra com Doação Simultânea - CDS e a relativa estabilização das demais, ressalvada o relevante papel conjuntural da Compra Direta - CD que se ajusta ao mercado, assegurando renda aos agricultores familiares beneficiários nos períodos críticos de preço.

No primeiro ano de execução do PAA predominou a modalidade PAA – Leite, executada em parceria com os estados da Região Nordeste e no semi-árido de Minas Gerais. Em seguida aparece a modalidade Compra Antecipada - CA, que recebeu importante alocação de recursos.

No segundo exercício já se observa uma maior variabilidade da execução de diferentes modalidades. Destacam-se ainda, a execução do PAA – Leite e a Compra Antecipada. A Compra Direta -CD foi uma modalidade importante neste ano.

Em 2005, mais da metade dos recursos foi direcionada para o PAA – Leite. A Compra com Doação Simultânea-CDS foi a segunda modalidade em importância; vindo a seguir a Compra Direta-CD.

A modalidade PAA - Leite predominou na alocação de recursos em 2006, secundada pela Compra com Doação Simultânea - CDS, repetindo padrão de execução do ano anterior. A partir desse exercício, o PAA passou a ser executado também com recursos oriundo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio das modalidades Formação de Estoques e Compra Direta.

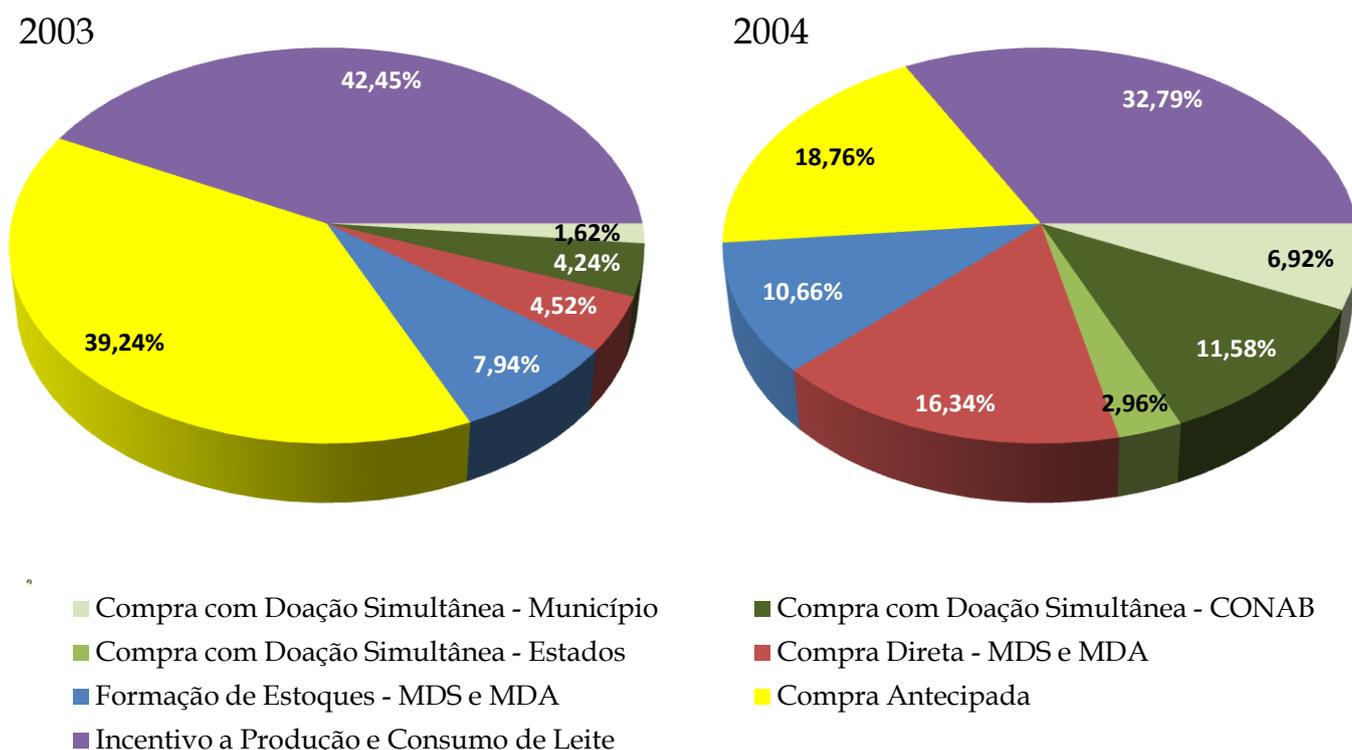
Em 2007, pela primeira vez, a modalidade Compra com Doação Simultânea - CDS predomina sobre o PAA Leite.

Alguns elementos observados no ano de 2007 se aprofundam em 2008, com o crescimento da importância da Compra com Doação Simultânea, seguida pelo PAA - Leite. É o ano em que a modalidade Compra com Doação Simultânea ganha predominância no PAA, alocando praticamente 50% dos recursos.

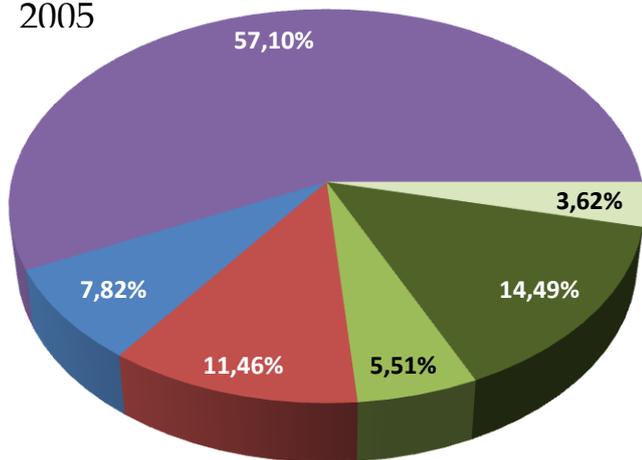
Em 2009, as modalidades Compra com Doação Simultânea - CDS e PAA Leite mantêm a liderança na utilização de recursos, mas há que se destacar que a queda no preço dos alimentos fez aumentar a procura pela Compra Direta - CD. Se somados os recursos do MDA e MDS na CD, estes chegam muito próximos ao volume executado no PAA Leite. Importante também salientar que tivemos um contingenciamento financeiro da ordem de R\$ 70 milhões que impactou fortemente na CDS.

No ano de 2010, se for mantida a mesma proporção de execução entre as modalidades, as perspectivas se referem a predominância da Compra com Doação Simultânea - CDS, ultrapassando os 50% dos recursos do PAA.

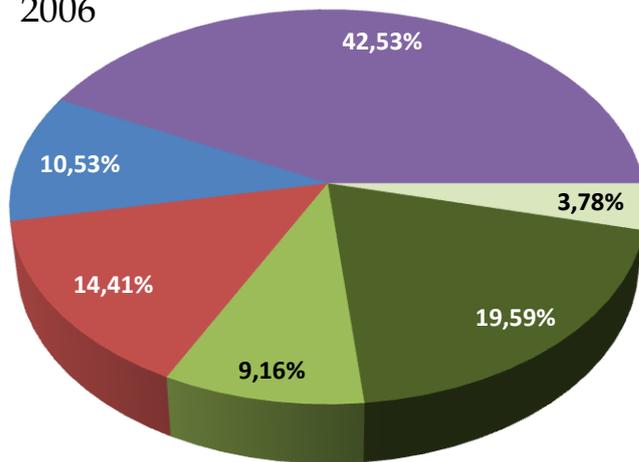
Gráficos 10 a 17. Evolução da execução do PAA por modalidade, de 2003 a 2010



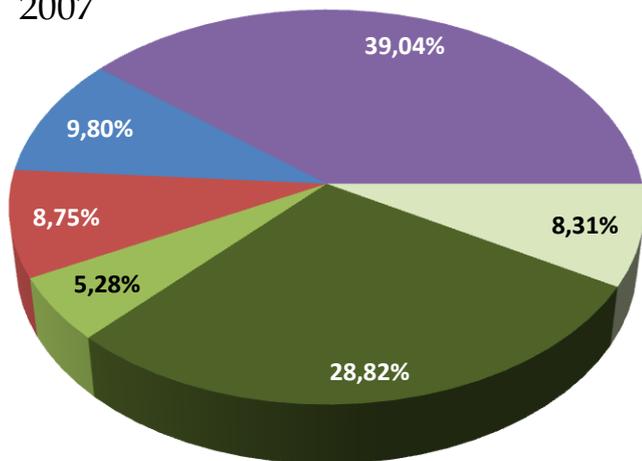
2005



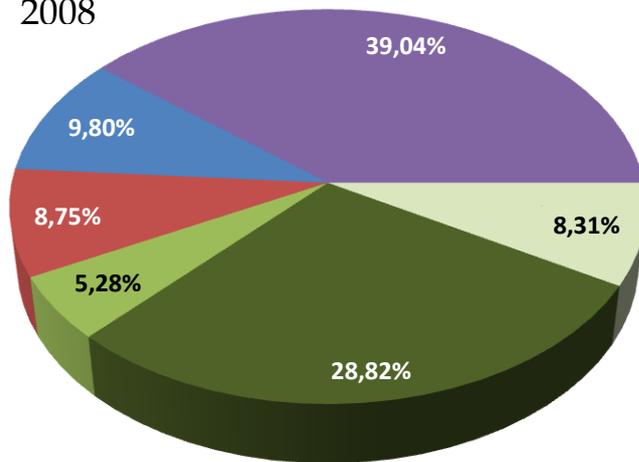
2006



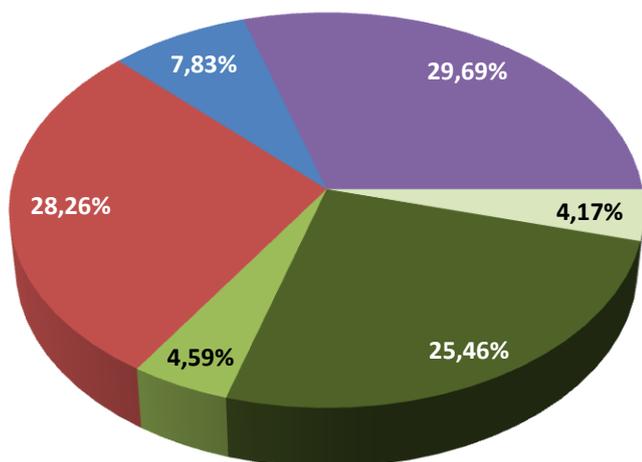
2007



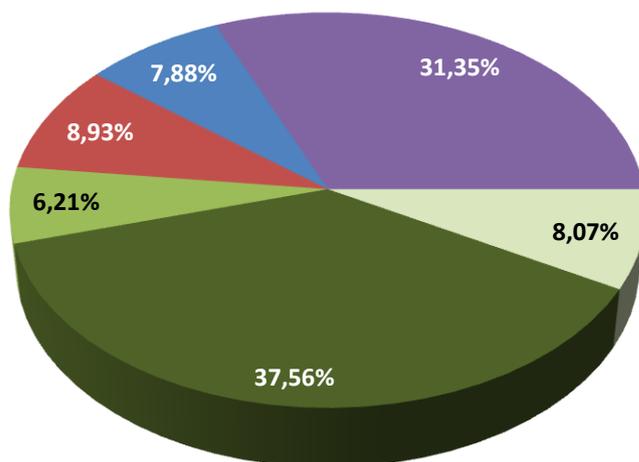
2008



2009



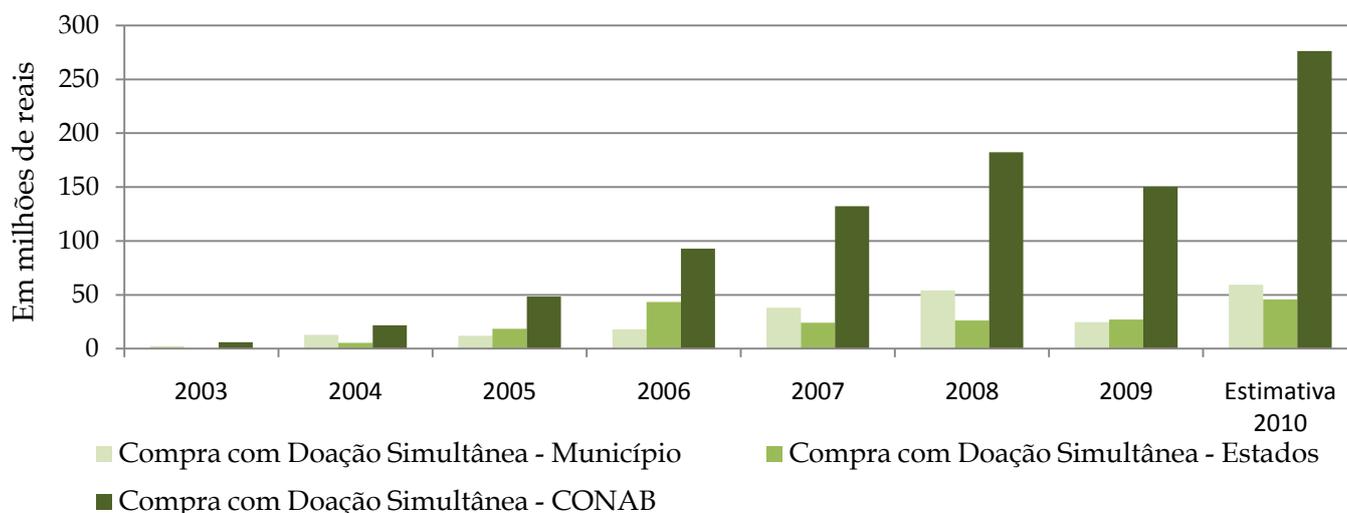
Estimativa 2010



- Compra com Doação Simultânea - Município
- Compra com Doação Simultânea - Estados
- Formação de Estoques - MDS e MDA

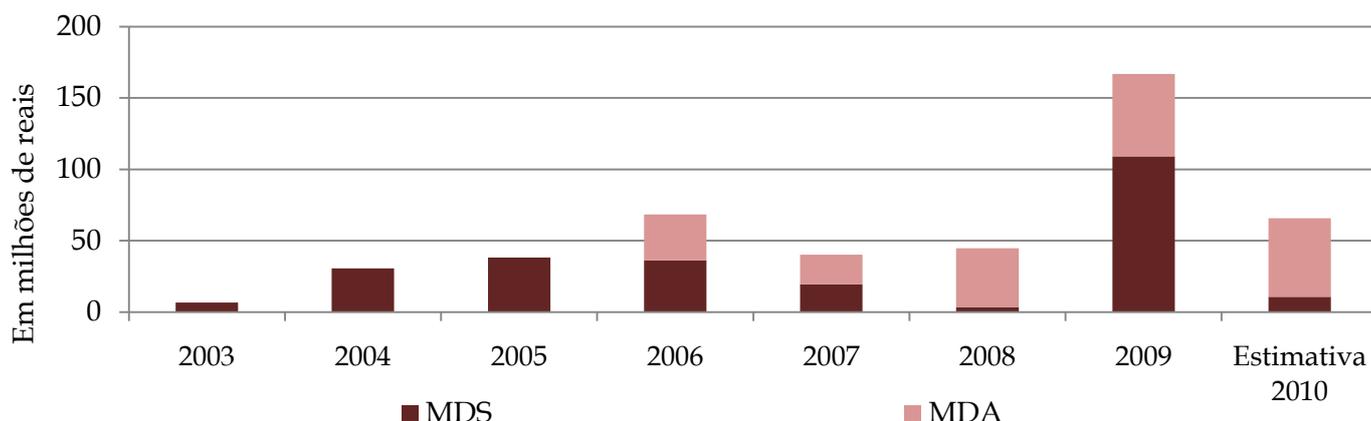
- Compra com Doação Simultânea - CONAB
- Compra Direta - MDS e MDA
- Incentivo a Produção e Consumo de Leite

Gráfico 18. Evolução da execução financeira da modalidade Compra com Doação Simultânea - CDS/ MDS, por executor no período 2003-2009 e projeção 2010.



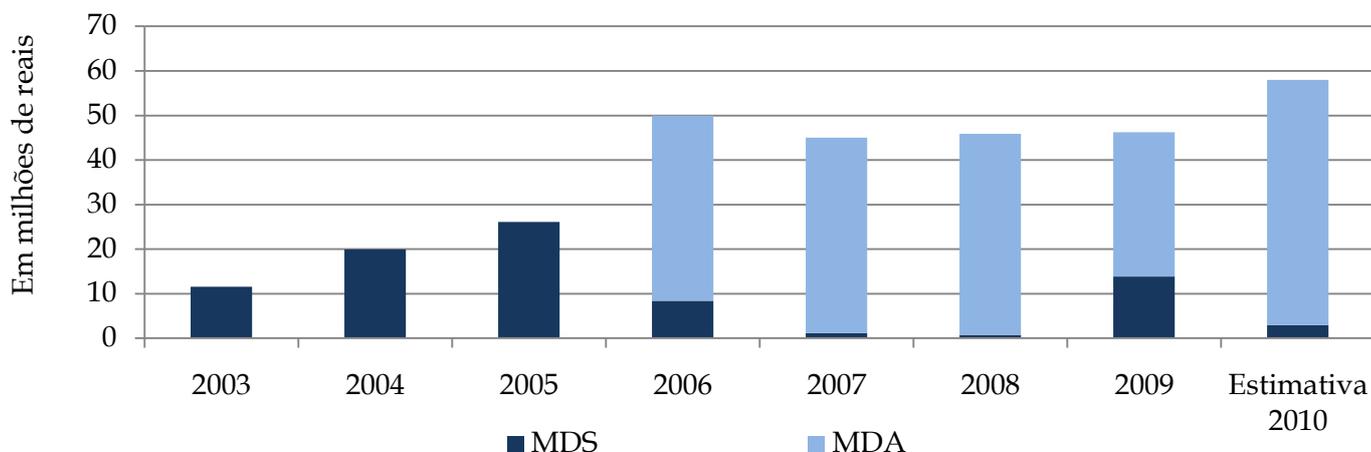
É bastante perceptível a prevalência da Conab em relação aos estados, Distrito Federal e municípios como executores da modalidade CDS, tendência esta que vem se acentuando ao longo do período analisado. A perceptível baixa da CDS executada pelos municípios em 2009 deve ser creditada a mudança de estratégia na celebração das parcerias, com assinatura de convênios plurianuais. Neste contexto, o repasse de recursos se deu em 2009, 1ª parcela, sendo o restante repassado na 2ª parcela, em 2010 e a 3ª parcela em 2011.

Gráfico 19. Evolução da execução financeira da modalidade Compra Direta - CD, por fonte de recursos (MDS e MDA) no período 2003 - 2009 e estimativa para 2010.



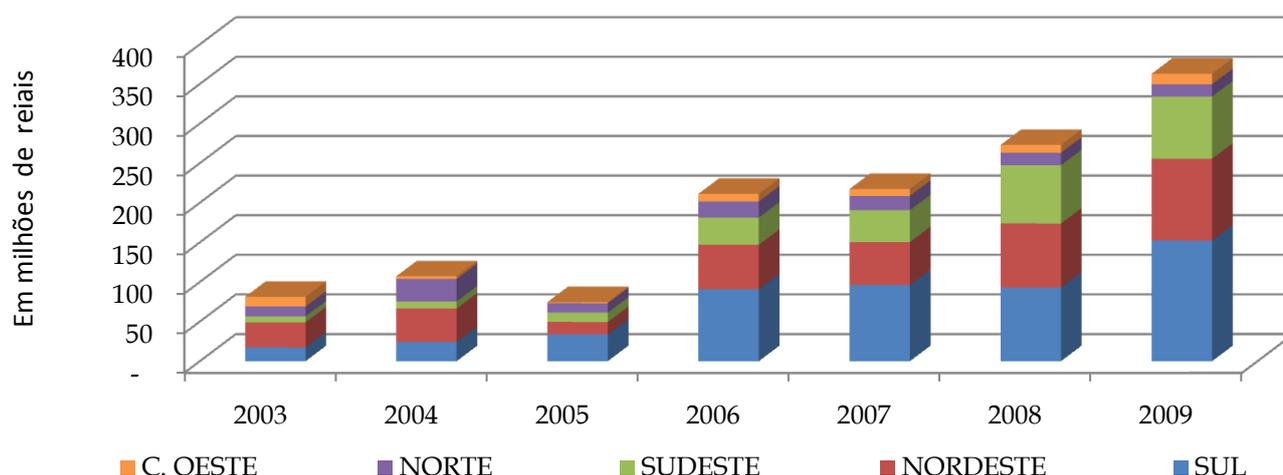
O ingresso do MDA como fonte de recursos para a Compra Direta, a partir de 2006, contribui para o incremento dos recursos na modalidade. A oscilação da alocação dos recursos do MDS reflete a conjuntura de mercado para os alimentos, fortemente demandador em 2008 e com preços em queda no ano de 2009.

Gráfico 20. Evolução da execução financeira da Modalidade Formação de Estoques - FE, por fonte de recursos (MDS e MDA) no período 2003 - 2009 e estimativa para 2010.



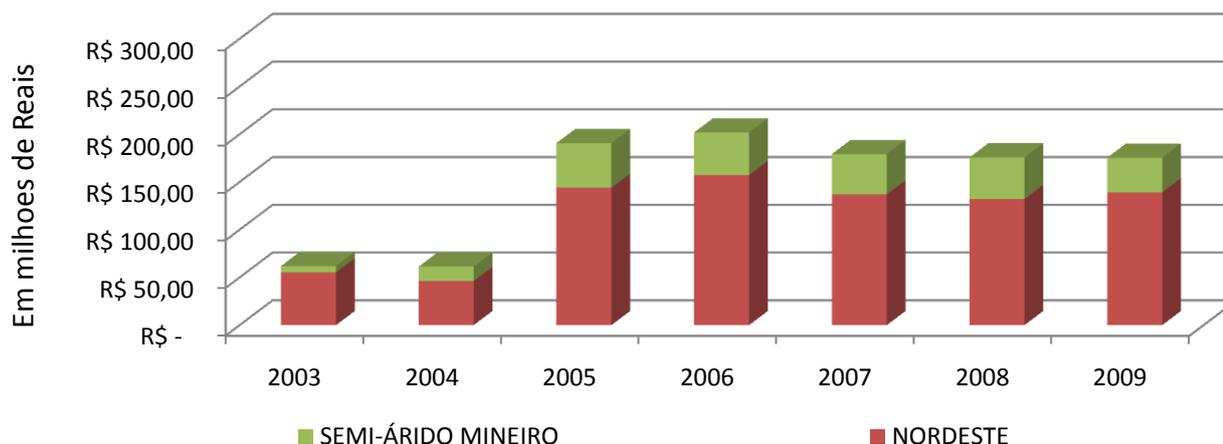
A partir de 2006, a origem dos recursos para esta modalidade é predominantemente do MDA. Identifica-se também que a modalidade se estabilizou, a partir deste mesmo exercício, ao contrário das demais, cabendo uma avaliação mais aprofundada sobre o assunto.

Gráfico 21. Evolução da execução financeira do PAA - Recursos aplicados no período 2003 a 2009, por região do país pelo executor Conab (Modalidades CD,FE e CDS).



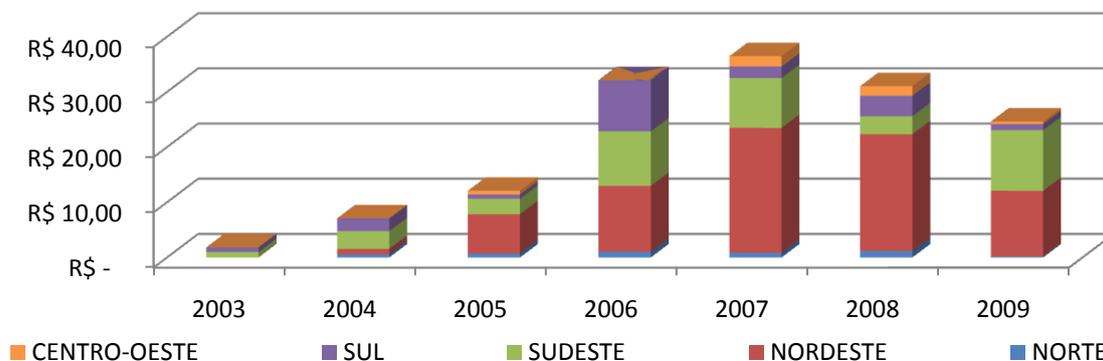
O gráfico permite constatar um relativo equilíbrio na distribuição regional dos recursos, com uma significativa participação as regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Observa-se a relativa estabilidade da participação das regiões Norte e Centro-Oeste, menos destacada em relação às demais.

Gráfico 22. Evolução da execução PAA Leite - Recursos aplicados no período 2003 a 2009, por região do país.



Importante destacar que os recursos aplicados na região Sudeste são relativos ao estado de MG (semi-árido mineiro). A partir do ano de 2005 observa-se uma relativa estabilização dos recursos alocados na modalidade, embora tenhamos avançado significativamente no volume total de recursos do PAA.

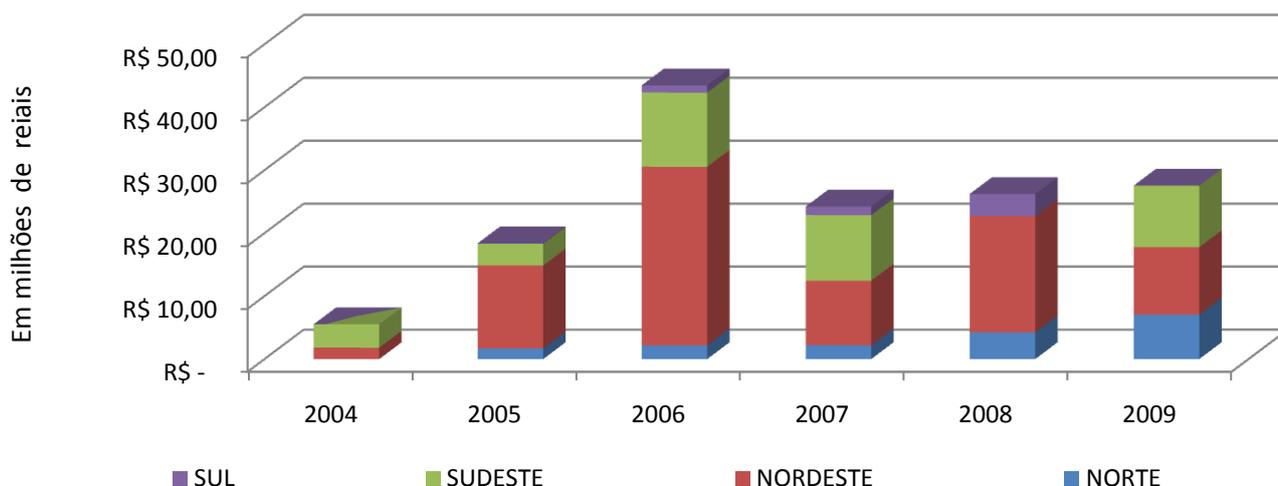
Gráfico 23. Evolução da execução financeira do PAA modalidade Compra Doação Simultânea - CDS pelos municípios - recursos aplicados no período 2003 a 2009, por região do país.



Os municípios receberam recursos crescentes até o ano de 2007, o que se repetiu em 2008. A partir de 2009 o MDS passa a celebrar convênios plurianuais e direcionados exclusivamente aos municípios que possuem Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Banco de Alimentos, o que provocou a redução dos valores aplicados neste ano.

Constata-se também a predominância da região Nordeste sobre as demais no período, sendo suplantada em 2009 pela Sudeste. A partir de 2009 a distribuição geográfica de recursos deste executor acompanha a localização de equipamentos públicos de alimentação e nutrição do MDS (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Banco de Alimentos).

Gráfico 24. Evolução da execução do PAA pelos estados - Recursos aplicados no período 2003 a 2009, por região do país.



O volume de recursos aplicados permite constatar a prioridade para o atendimento da região do semi-árido e dos Territórios da Cidadania. No ano de 2009 verifica-se o crescimento da participação da região Norte, como reflexo da determinação do MDS em expandir o PAA naquela região, uma vez que encontramos maior dificuldade em executar o PAA modalidade Compra com Doação Simultânea - CDS através dos demais executores (Conab e municípios).

O gráfico permite compreender o comportamento a cada exercício e constatar as oscilações, resultantes da celebração de convênios em diferentes bases com os estados. Deve-se considerar que a execução dos recursos repassados implica numa etapa inicial de planejamento, o que retarda a efetiva aplicação de recursos pela UF conveniada. Assim, os convênios não se renovam anualmente, o que justifica as oscilações verificadas.

4. DESCRIÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO E DOS PRODUTOS A PARTIR DOS EXECUTORES E PRINCIPAIS PRODUTOS ADQUIRIDOS

4.1 - Distribuição dos recursos no território

Gráfico 25. Evolução da execução PAA Geral - Recursos aplicados por Região e executores ao longo do período 2003 a 2009.

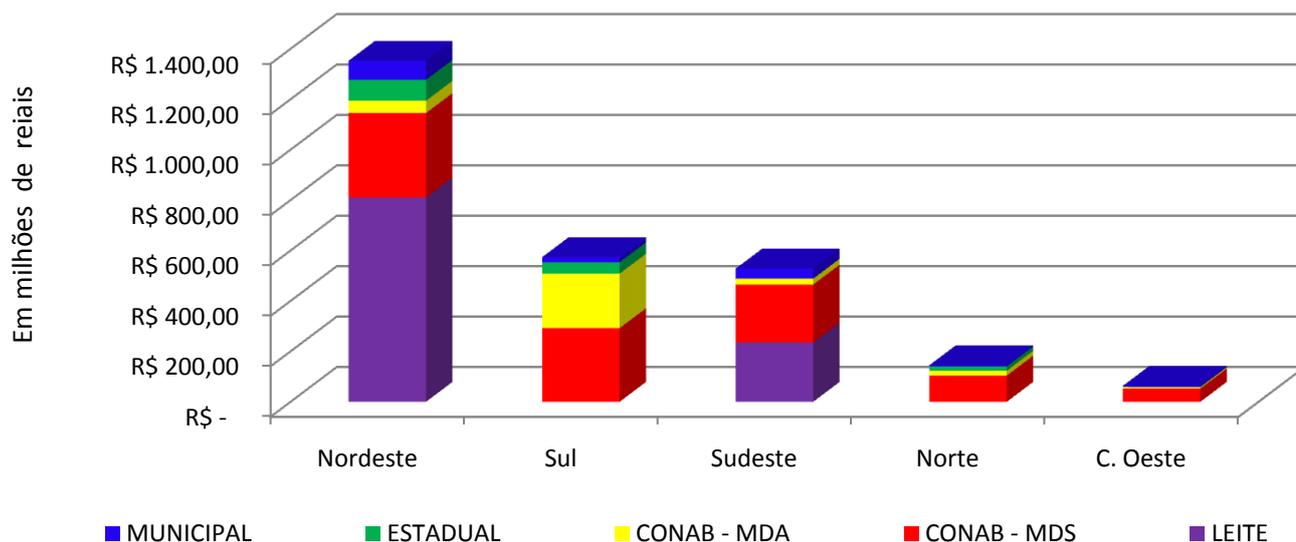
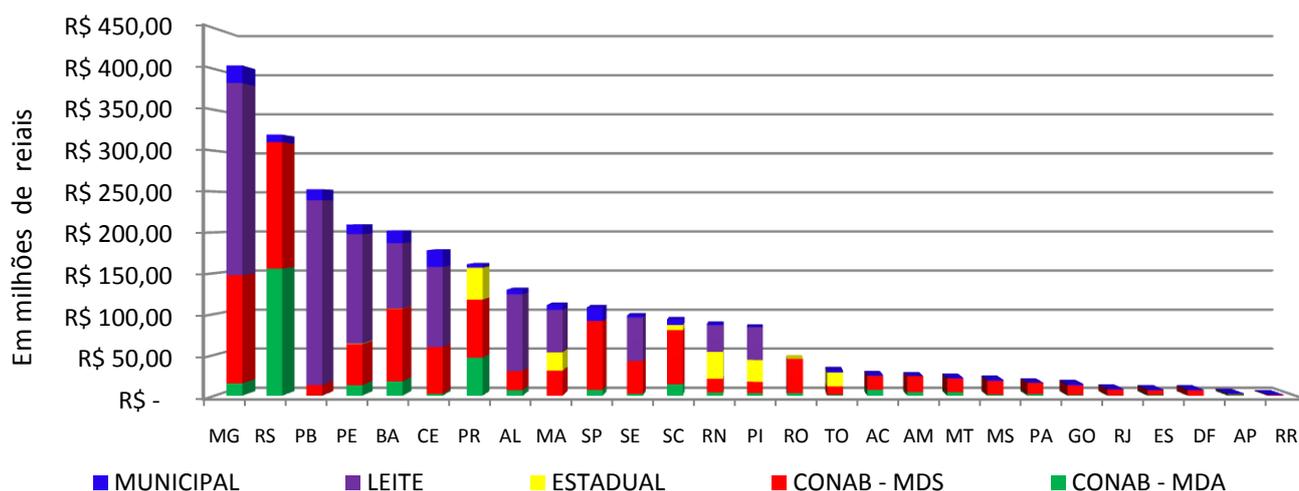
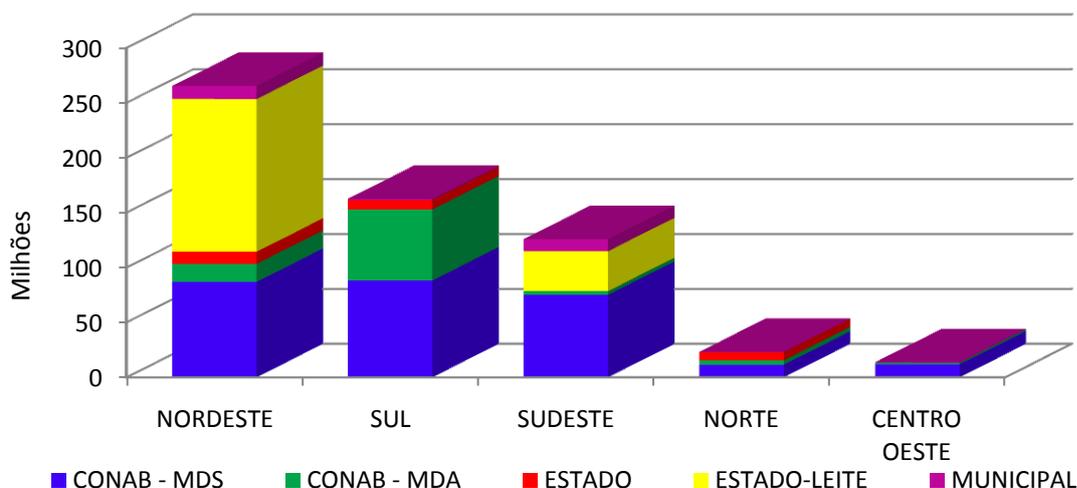


Gráfico 26. Evolução da execução PAA Geral - Recursos aplicados por UF e modalidade ao longo do período 2003 a 2009.



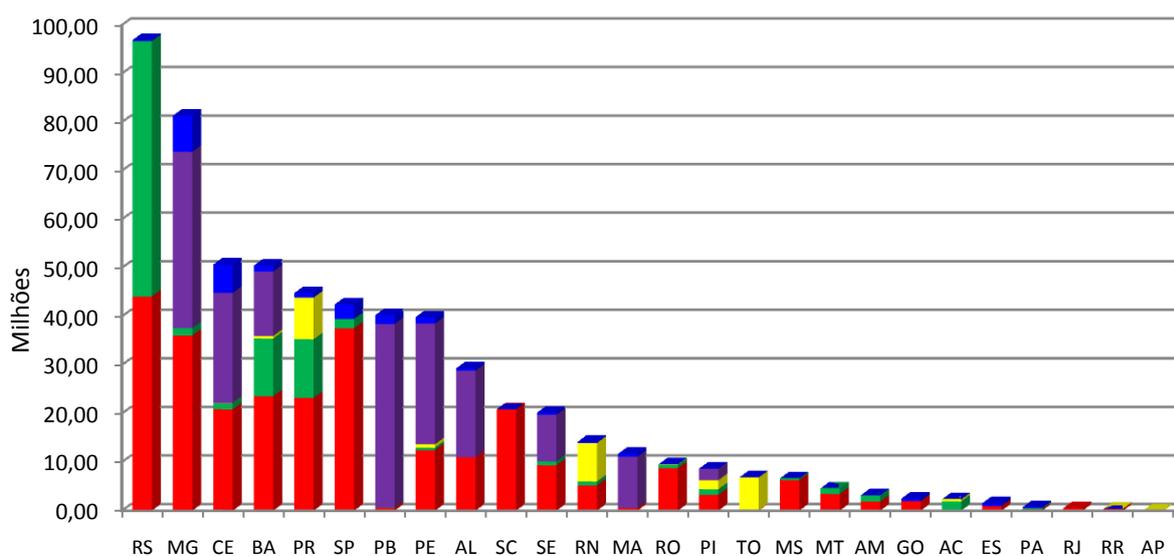
A liderança na alocação de recursos por MG pode ser creditada ao elevado volume de recursos da modalidade Leite. O RS também ocupa posição de destaque em função de seu elevado grau de organização e produção da agricultura familiar. A participação destacada dos estados da região Nordeste pode ser explicada pelo PAA - Leite. Os estados das regiões N e CO apresentam os menores volumes de recursos alocados.

Gráfico 27. Distribuição dos recursos financeiros, por região geográfica e por executor em 2009.



Os recursos alocados na modalidade Leite são determinantes para consolidar a Região Nordeste como aquela que concentra o maior volume de recursos do PAA. A Região Sul aparece em 2º lugar devido a aplicação de elevado volume de recursos originários das modalidades, Compra Direta - CD e Formação de Estoque - FE, com recursos originados do MDA e MDS. As regiões Norte e Centro-Oeste apresentam baixos patamares de aplicação de recursos do PAA em comparação com as demais.

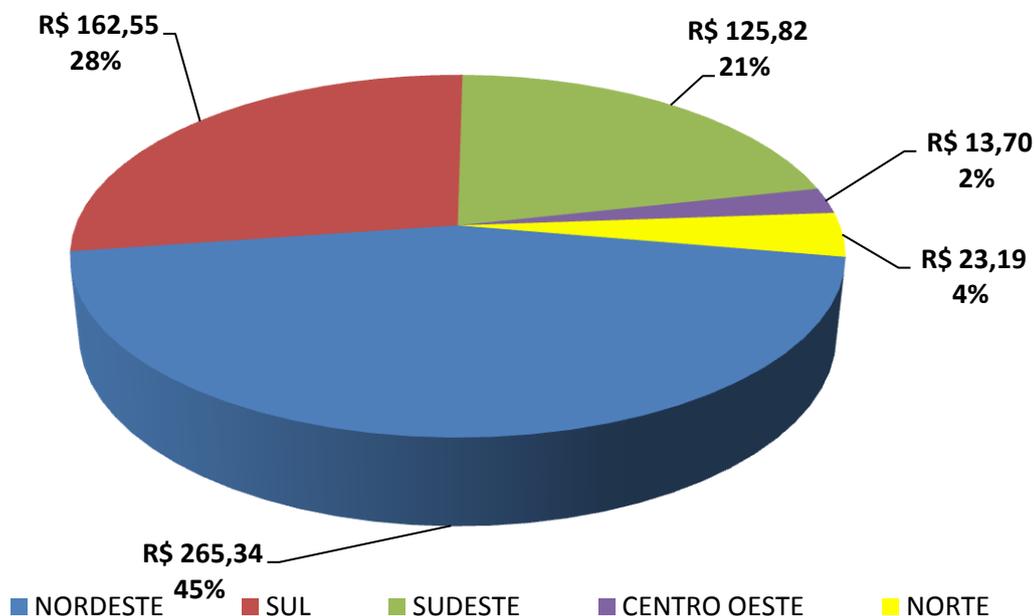
Gráfico 28. Distribuição de recursos financeiros, por UF e executor no ano de 2009.



A ex recursos do PAA dentre todas as Unidades da Federação no ano de 2009, enquanto MG ocupa a 2ª colocação, o que ocorre devido ao estado ser um dos executores da

modalidade Leite. O PR mesmo sem executar a modalidade Leite utiliza de modo importante os recursos do MDA e apresenta uma importante execução própria da modalidade CDS.

Gráfico 29. Distribuição dos recursos financeiros, por região Geográfica, em 2009.



O gráfico acima apresenta de outra forma que no último exercício a aplicação de recursos do PAA se deu predominantemente na Região Nordeste. Em seguida aparecem as regiões Sul e Sudeste. As regiões Norte e Centro-Oeste repetem o padrão histórico de execução do PAA em patamares reduzidos em comparação com as demais regiões.

4.2 - Principais produtos adquiridos

Tabela 2 e Gráfico 30 - Produtos adquiridos e valores, alocados na modalidade Compra com Doação Simultânea - CDS / executor município, no ano de 2009.

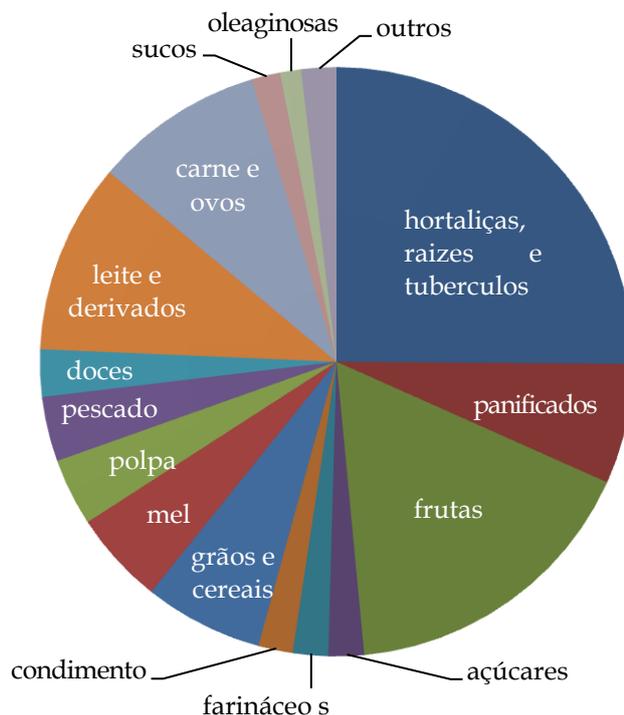
PRODUTO	VALOR (R\$)	%
Hortaliças, raízes e tubérculos	7.194.648,63	28,9
Frutas	3.898.833,87	15,6
Carnes e ovos	3.831.252,91	15,4
Grãos e cereais	2.585.639,72	10,4
Leite e derivados	1.534.580,39	6,2
Condimentos e temperos	1.068.441,52	4,3
Mel	1.019.324,12	4,1
Panificados e massas	912.256,04	3,7
Peixe	673.469,09	2,7
Farináceos	650.528,54	2,6
Doces	537.857,34	2,2
Açúcares	453.271,33	1,8
Polpa de Frutas	366.616,64	1,5
Outros	146.099,52	0,6
Oleaginosas - castanhas	42.142,24	0,2



A tabela e o gráfico apresentam os principais produtos adquiridos pelos municípios quando executores da CDS. Pode-se constatar um importante grau de diversidade, denotando que o PAA se constitui numa importante forma de diversificação da dieta dos beneficiários.

Tabela 3 e Gráfico 31. Produtos adquiridos e valores alocados na modalidade Compra com Doação Simultânea operacionalizada pela Conab no ano de 2009.

PRODUTO	VALOR (R\$)	%
Hortaliças, raízes e tubérculos	7.997.396,52	25,1
Frutas	5.404.954,73	16,8
Leite e derivados	5.793.975,03	10,4
Carnes e ovos	14.015.424,74	9,3
Panificados e massas	9.979.868,17	6,6
Grãos e Cereais	9.816.984,66	6,5
Mel	7.723.286,25	5,1
Polpa de Frutas	5.587.374,61	3,7
Pescado	5.376.824,52	3,6
Doces	3.924.056,72	2,6
Açúcares	2.932.661,02	1,9
Farináceos	2.911.448,48	1,9
Condimentos	2.843.080,34	1,9
Sucos	2.357.770,84	1,6
Oleaginosas castanhas	1.729.505,04	1,1
Outros	1.684.253,68	1,1
Sementes	924.286,80	0,6
Conservas	287.471,14	0,2



A diversidade também é um elemento de destaque quando a operação se dá pela Conab. A diferença é a maior participação do leite e derivados, em detrimento dos produtos cárneos. Isto pode ser explicado pela maior concentração da Conab na região Sul, onde a agricultura familiar tem maior presença na cadeia do leite. Da mesma forma observa-se uma maior ocorrência de panificados entre os produtos adquiridos.

Tabela 4, Gráfico 26. Produtos adquiridos e valores alocados na modalidade Compra Direta operacionalizada pela Conab no ano de 2009.

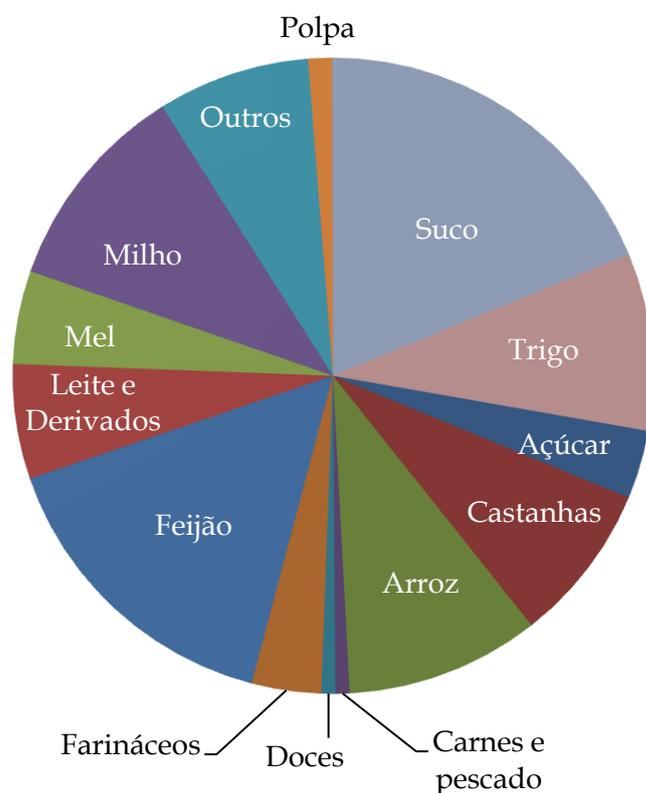
PRODUTO	VALOR (R\$)	%
Feijão	64.232.638,25	38,6
Leite em pó	51.299.596,79	30,9
Trigo	32.294.691,00	19,4
Farinha de mandioca	12.489.821,17	7,5
Outros	4.050.410,71	2,4
Milho	1.915.578,58	1,2



Constata-se que a CD concentra-se em 3 produtos: feijão, leite em pó e trigo, que juntos representam praticamente 90% dos recursos empregados. Os demais produtos adquiridos representam parcela menor dos recursos e há maior diversidade com predominância da farinha de mandioca e do arroz. Estes produtos foram em sua maior parte destinados a complementação da composição das cestas de alimentos distribuídas, neste ano, para as populações específicas.

Tabela 5 e Gráfico 27. Produtos e valores alocados na modalidade Formação de Estoques - FE operacionalizada pela Conab no ano de 2009.

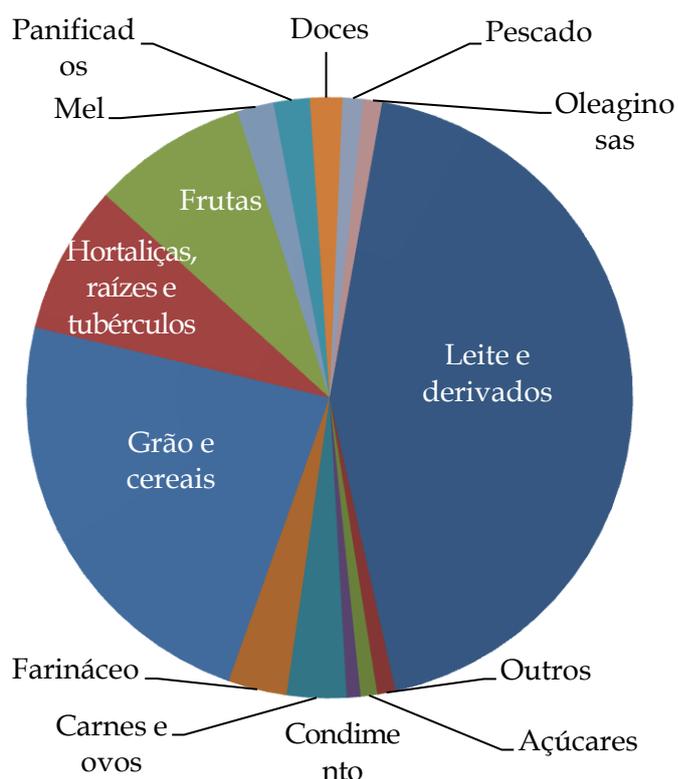
PRODUTO	VALOR (R\$)	%
Suco	8.691.676,00	18,8
Feijão	7.252.371,04	15,7
Milho	4.965.258,22	10,7
Arroz	4.541.473,99	9,8
Trigo	4.176.793,88	9,0
Castanhas	3.743.387,60	8,1
Outros	3.562.926,00	7,7
Leite e Derivados	2.699.151,00	5,8
Mel	2.189.749,35	4,7
Farináceos	1.620.559,84	3,5
Açúcar	1.610.723,00	3,5
Polpa de Frutas	558.799,00	1,2
Doces	328.443,60	0,7
Carnes e Pescado	325.528,42	0,7



A FE executada pela Conab apresenta grande diversidade quanto aos produtos apoiados

Tabela 6 e Gráfico 28. Volume de recursos alocados por produto, consideradas todas as modalidades do PAA no ano de 2009.

Produto	VALOR (R\$)	%
Leite e derivados	246.686.799,27	43,7
Grão e cereais	131.798.384,68	23,4
Frutas (in natura, suco e polpa)	46.866.025,69	8,3
Hortaliças raízes e tubérculos	45.192.045,15	8,0
Carnes e ovos	17.881.657,65	3,2
Farináceos	17.672.358,03	3,1
Mel	10.932.359,72	1,9
Panificados	10.892.124,21	1,9
Doces	9.696.961,22	1,7
Pescado	6.340.842,03	1,1
Oleaginosas	5.516.885,28	1,0
Outros	5.480.038,54	1,0
Açúcares	4.996.655,35	0,9
Condimentos	4.161.521,86	0,7



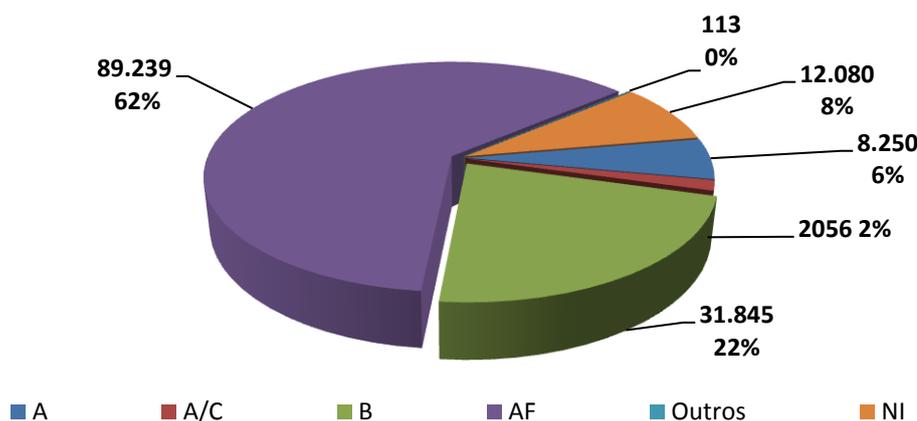
Na totalidade das modalidades do PAA há uma importante participação do leite e de seus derivados. Secundariamente aparece com destaque os grãos e os cereais, respondendo esses 2 grupos de produtos por cerca de dois terços do total aplicado. O terço restante dos recursos aplicados apresenta uma diversidade significativa.

5. PÚBLICO QUE ACESSA O PROGRAMA: PRODUTORES E CONSUMIDORES

Entidades Receptoras e Consumidores: rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Banco de Alimentos), rede de entidades socioassistenciais que prestam serviços e fornecem alimentos a pessoas em vulnerabilidade social. De forma complementar ao PNAE, a rede de escolas públicas também recebe alimentos.

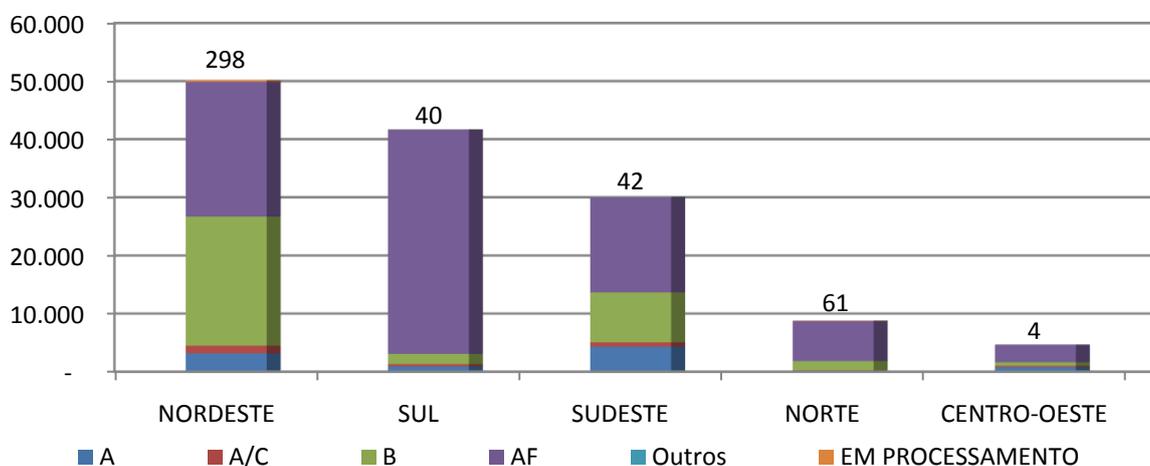
Produtores: agricultores familiares, agroextrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais assentados, comunidades indígenas e ribeirinhos, preferencialmente, organizados em cooperativas, associações ou grupos informais.

Gráfico 29. Agricultores participantes do PAA por grupo do Pronaf, em 2009



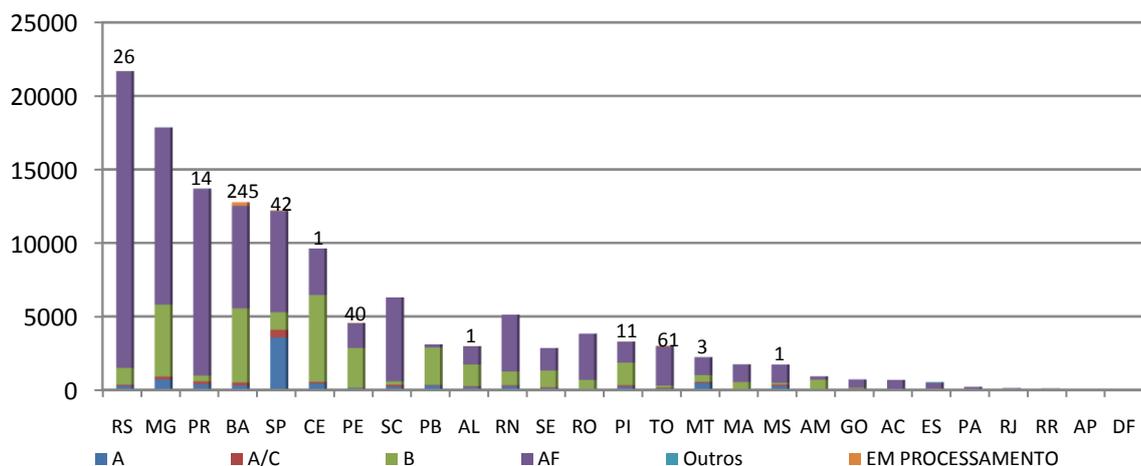
Quanto aos AF participantes predominam os integrantes do grupo AF. O segundo grupo em importância é o dos integrantes do Pronaf B, concentrados na região Nordeste. A participação de assentados no PAA ainda é relativamente pequena, ficando aquém daquilo que seria desejável.

Gráfico 30. Participação dos agricultores no PAA por grupo do Pronaf e Região Geográfica, em 2009.



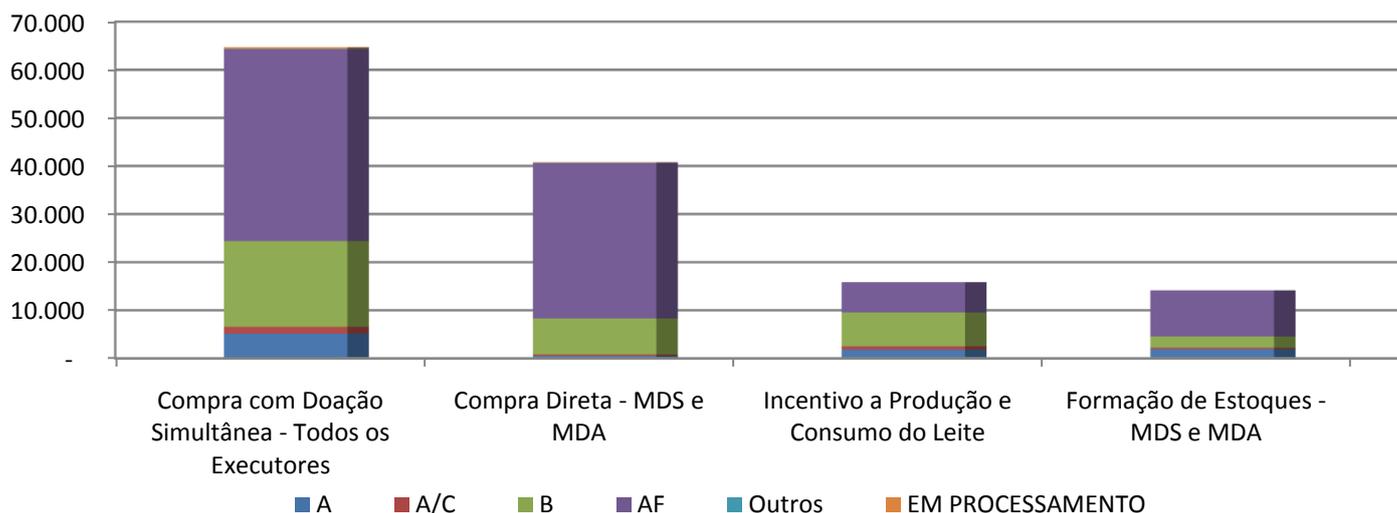
A participação de agricultores familiares mais pobres (integrantes do Grupo B) é destaque principalmente na Região Nordeste, enquanto nas regiões Sul e Sudeste predominam os integrantes do grupo AF. O atendimento aos assentados ocorre principalmente nos estados da Região Sudeste.

Gráfico 31. Participação dos agricultores no PAA por grupo do Pronaf e UF em 2009.



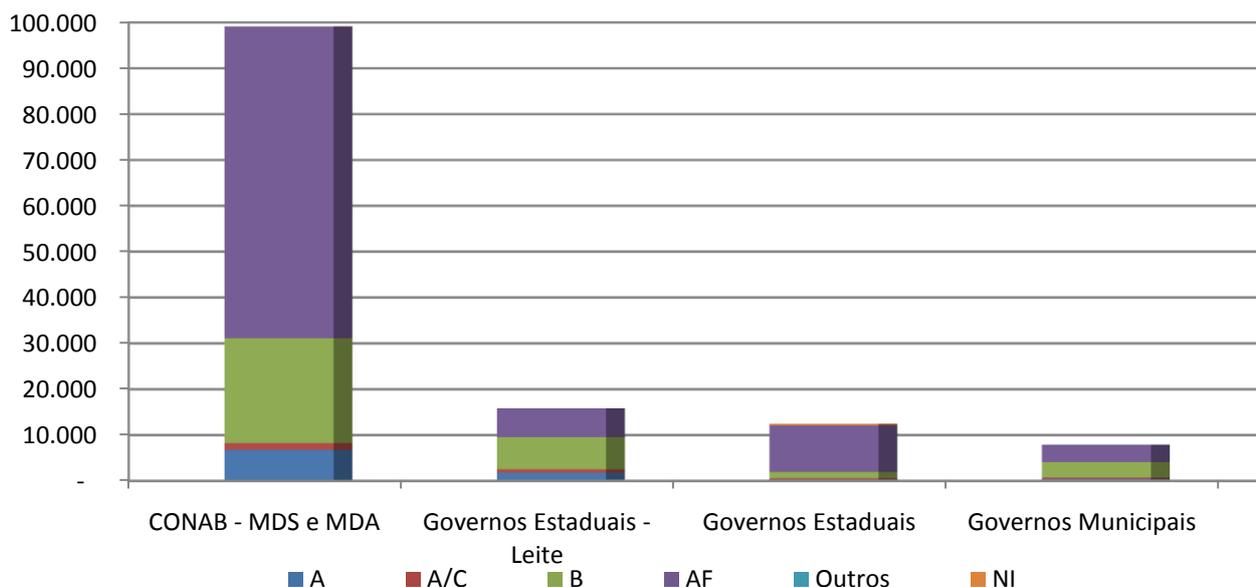
Os estados das regiões Sul e Sudeste apresentam a maior concentração de agricultores do Grupo AF. A participação de agricultores mais pobres (integrantes do Grupo B) é destaque principalmente nos estados do Nordeste, sobretudo CE, BA, PE e PB. O atendimento a assentados ocorre principalmente nos estados de SP, MG e no CE.

Gráfico 32. Participação dos agricultores no PAA por grupo do Pronaf e modalidade em 2009.



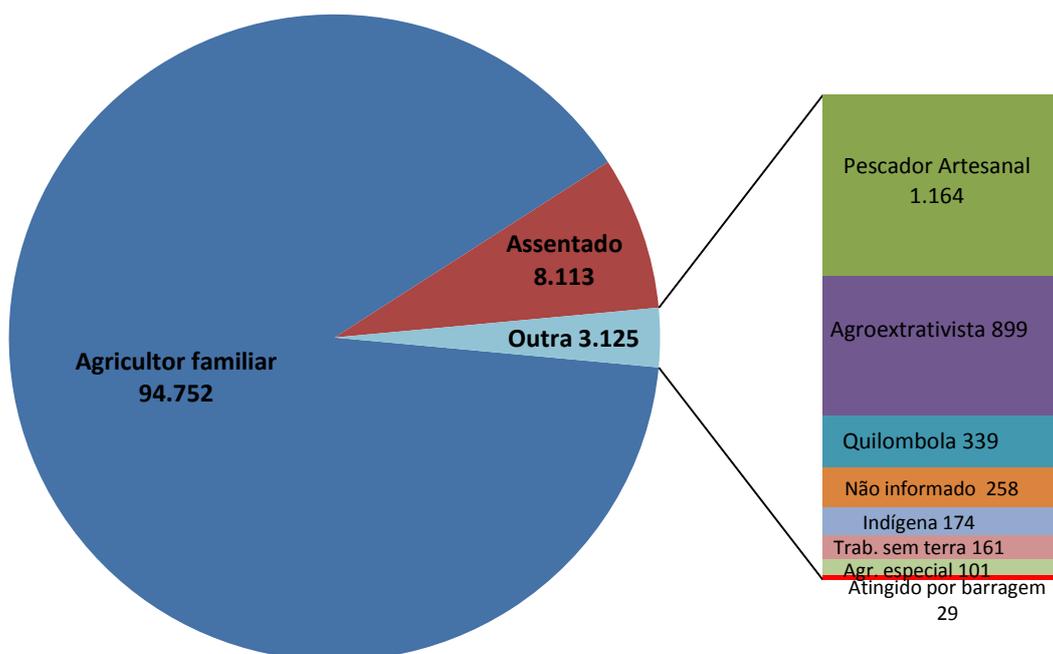
A CDS atende ao maior número de agricultores do grupo AF, enquanto a presença de integrantes do Pronaf B se dá de maneira expressiva nesta modalidade e na FE.

Gráfico 33. Participação de agricultores no PAA por grupo do Pronaf e executor em 2009.



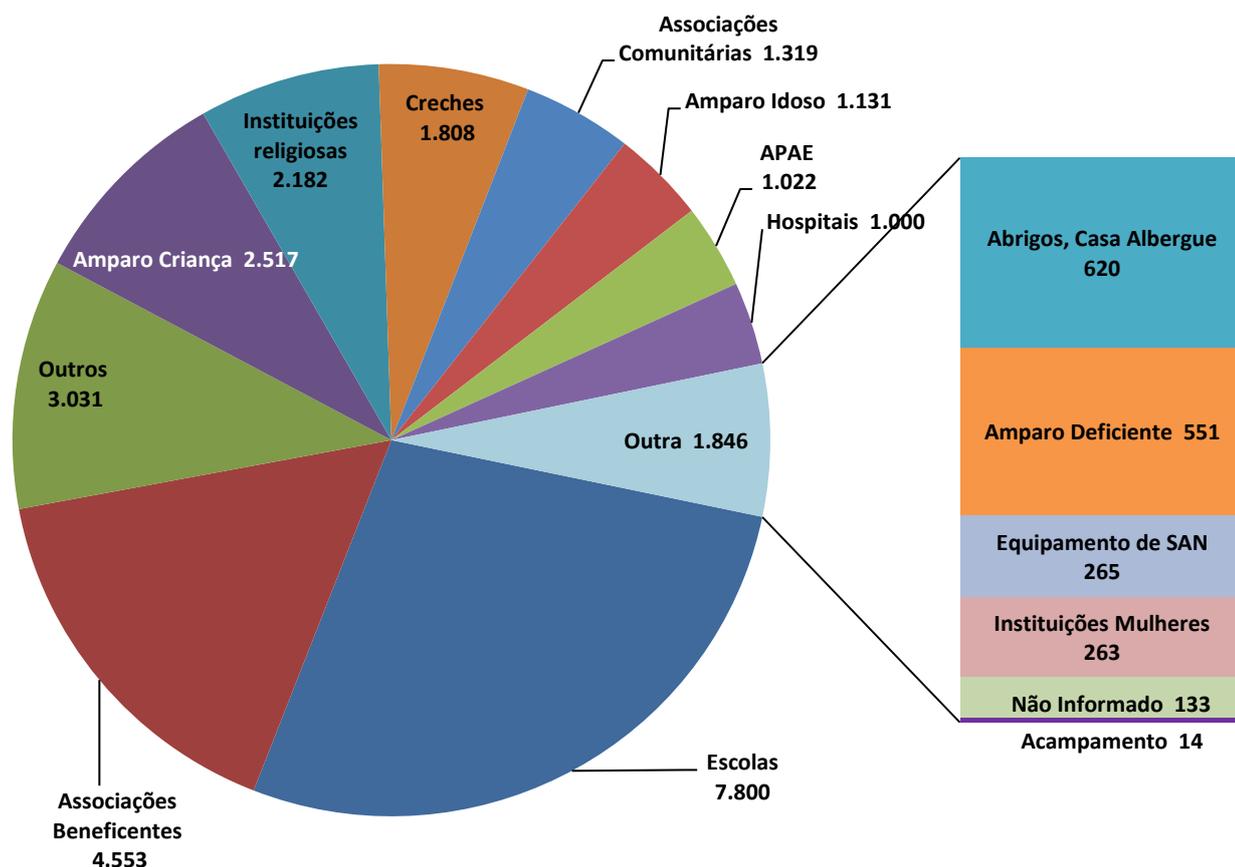
A execução pela Conab apresenta a maior diversidade de grupos. Proporcionalmente, as prefeituras quando executoras do PAA conseguem inserir a maior quantidade de integrantes do Grupo B.

Gráfico 34. Participação por grupos específicos de agricultores, excluídas a CDS-execução municipal e o PAA - Leite, em 2009.



Embora não tenhamos sistematizado por grupos específicos, 100% dos agricultores que participaram do PAA em 2009 percebemos que surge a diversidade, onde é possível fazer um mapeamento mais detalhado dos agricultores familiares participantes do PAA. Ainda temos muito para avançar para garantir um maior acesso ao PAA de públicos prioritários para as políticas do MDS e MDA

Gráfico 35. Número de entidades atendidas pela Compra com Doação Simultânea - CDS por tipo.



No que se refere ao público beneficiário predominam as escolas, mas há uma importante diversidade de entidades beneficentes, religiosas, amparo à criança, creches atendimento aos idosos dentre outras. Importante seria fazer uma conceituação mais clara com mecanismos de identificação e cadastramento que possibilite o melhor acompanhamento do público beneficiário do PAA.

Não há ainda um mapeamento da rede socioassistencial o que dificulta o direcionamento dos alimentos adquiridos pelo PAA.

Temos um importante desafio que é garantir o máximo de abastecimento de toda a rede de Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Banco de Alimentos.

6. PRINCIPAIS RESULTADOS E DESAFIOS DO PAA IDENTIFICADOS EM PESQUISAS, SEMINÁRIOS E DEMAIS INSTÂNCIAS

ESTUDO 1

ESTUDO COMPARATIVO DA IMPLEMENTAÇÃO, IMPACTOS E SUSTENTABILIDADE DO PAA - RESULTADOS COMPARATIVOS DAS REGIÕES SUL (RS, SC e PR) E NORDESTE (BA, PE e RN)

Período de realização: julho de 2005 a abril de 2006

Realização: Fundação Universidade de Brasília - FUBRA

Metodologia: combinação do uso de informações quantitativas e qualitativas, tanto as de caráter primário como secundário. Estas últimas foram obtidas através de levantamentos junto aos órgãos executores do programa e também junto às organizações sociais locais envolvidas com o PAA. Já as informações primárias foram obtidas nos municípios selecionados através da aplicação de questionário junto aos atores sociais envolvidos com o programa, além de entrevistas semi-estruturadas com outros atores locais.

RESULTADOS

- As organizações, cooperativas e entidades da sociedade civil desempenham importante papel na operacionalização do PAA auxiliando os beneficiários na superação dos obstáculos relacionados a ATER, armazenagem e transporte da produção;
- O PAA é uma excelente alternativa aos canais tradicionais de comercialização, quer pela minimização do poder dos atravessadores, quer pelo preço mais justo pago aos agricultores. Possibilita a comercialização de produtos antes destinados quase que exclusivamente ao seu próprio consumo, elevando sua renda e inserção no mercado;
- O PAA aproxima agricultores que já possuem laços de solidariedade, porém, dificulta a participação de AF desvinculados desse grupo de entidades. Nas modalidades operacionalizadas pela CONAB notou-se um distanciamento entre a instituição implementadora e os agricultores;
- O atraso na liberação de recursos e a inexistência/insuficiência de Assistência Técnica e Extensão Rural, estruturas de armazenamento e transporte são limitações importantes;
- A grande maioria dos agricultores não tinha conhecimento da existência de conselhos de controle social, que deveria ser estendido para todas as modalidades. Há a necessidade de uma melhor definição do papel dos conselhos na implementação do PAA;
- A participação de prefeituras na implantação do PAA, mesmo na modalidade operada pelas CONAB, contribui para o êxito do Programa, assim como a maior interação entre instituições, ONGs e outros órgãos fortalecem os seus resultados;
- Em alguns municípios o volume de recursos do PAA supera os do FNDE para a alimentação escolar.

ESTUDO 2

ESTUDO COMPARATIVO DAS DIFERENTES MODALIDADES DO PAA - REGIÃO NORDESTE

Período de realização: de maio de 2005 a março de 2006

Realização: USP/ESALQ

RESULTADOS

Análise comparada das quatro modalidades

- **CAAF:** alta inadimplência; perda de produção associada à falta de ATER; desconhecimento do Proagro. Como exemplo bem sucedido a pesquisa mostrou a integração, na Bahia, entre Pronaf e PAA.
- **CAEAF:** exclui agricultores não organizados; desconhecimento dos beneficiários sobre a necessidade de prestação de contas; informações concentradas nos líderes dos grupos; demora na liberação dos recursos; descontentamento com relação aos preços dos produtos orgânicos.
- **CDAF:** intervenção positiva no mercado; falta de planejamento com relação ao montante de recursos destinados por região; em alguns casos os recursos chegaram após o pico de produção; fraudes com DAPs possibilitaram a venda de produtos de atravessadores ou de agricultores patronais.
- **CDLAF:** incentiva a produção de produtos de melhor qualidade, diminuindo o uso de insumos químicos, falta de planejamento dificulta a identificação da demanda e da oferta de alimentos, priorização de agricultores com produção já estruturada.
- Os agricultores beneficiários possuem receitas de comercialização três vezes superior às dos não beneficiários;
- As compras feitas pelo PAA criaram mercados até então inexistentes e alteraram a relação entre produtores e intermediários em mercados já estabelecidos, melhorando inclusive para os não beneficiários;
- Desarticulação da assistência técnica, a falta de apoio à produção, a articulação deficiente com outras instituições e a falta de planejamento na aplicação dos recursos (*“quando o agricultor está pronto para vender, nem sempre o PAA está pronto para comprar”*);
- A falta de um cadastro para participação no PAA limita a possibilidade de estabelecer critérios de forma a priorizar aqueles mais necessitados;
- Dificuldade dos agricultores acessarem o programa devido as exigências burocráticas;
- Observou-se que a inadimplência foi muito grande (CAAF E CAEAF), bem como a ingerência dos movimentos sociais na execução e normatização das operações;
- Controle social protocolar, limitado ao cumprimento de exigências burocráticas.

ESTUDO 3

ESTUDO SOBRE OS BENEFICIÁRIOS DO PAA LEITE: PRODUTORES E CONSUMIDORES

Período de realização: Universidade Federal de Pernambuco

Realização: de junho de 2005 a março de 2006

RESULTADOS

- Melhoria da qualidade dos produtos lácteos e da higiene, manejo e sanidade dos animais;
- Pelo menos 20% dos produtores adotaram novas técnicas de ordenha em resposta às exigências do Programa e houve a universalização da vacinação contra a febre aftosa;
- Ampliação e estabilidade do mercado e elevação dos níveis de emprego e renda nas regiões beneficiadas;
- O número de resfriadores de leite instalados na região se expandiu em 40%;
- O uso de tratores, forrageiras, caminhões e computadores cresceu, respectivamente, 15%, 17%, 27% e 35%;
- 26% dos produtores declaram ter adquirido novos animais, geneticamente superiores aos que vinham sendo utilizados;
- 15% das usinas de processamento de leite adquirido pelo programa foram criadas após a sua implantação; 12% produzem apenas para o Programa. Na média, 54% da produção efetiva das usinas se destinam ao Programa;
- Melhoria no padrão alimentar das populações mais vulneráveis que recebem o leite;
- Afetou o preço e a produção na maior parte dos estados beneficiados.

ESTUDO 4

AValiação da Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Leite

Período de realização: de dezembro de 2008 a setembro de 2009

Realização: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE

RESULTADOS

- Diferenças entre os estados na forma de operacionaliza o programa;
- A maior parte da energia das unidades gestoras é desperdiçada, de forma arcaica, na elaboração de folhas de pagamentos, relatórios e outros procedimentos meramente burocráticos;

- Poucos laticínios nos estados do Maranhão e Piauí e 31% das usinas que servem ao programa foram criadas há menos de 7 anos e, portanto, por influência direta do Programa;
- Entre 2005 e 2009 a proporção de usinas que comercializam a totalidade de sua produção exclusivamente ao PAA evoluiu de 9% para 20%;
- Em MG foram criados comitês municipais que se encarregam do cadastramento dos beneficiários e orientam e fiscalizam a distribuição;
- O controle social é realizado de forma precária e assistemática. Os CONSEAS municipais praticamente inexistem e os estaduais são acionados apenas para cumprir exigências burocráticas formais;
- A realidade da área coberta pelo PAA Leite continua mudando, beneficiando não apenas as famílias fornecedoras, mas também aquelas não fornecedoras de leite ao programa;
- Ampliação do nível de investimentos e da disponibilidade de máquinas, equipamentos e instalações nas unidades de produção, com melhoria do padrão genético dos rebanhos e adoção de tecnologias “modernas” de manejo pecuário com melhoria do padrão de higiene e ampliação do nível de produtividade da pecuária leiteira;
- Redução da instabilidade sazonal dos preços e do volume de leite comercializado;
- Ampliação da disponibilidade de veículos, eletrodomésticos e outros bens de consumo duráveis, entre as famílias de produtores de leite;
- Falta de transparência das pessoas que têm a responsabilidade de realizar as substituições dos beneficiários;
- Descumprimento do calendário e do horário de distribuição do leite; embalagens com vazamento; leite estragado; mau atendimento por parte dos agentes encarregados pela distribuição, dentre outros, se repetem com maior ou menor frequência em todos os estados.
- 61% dos entrevistados reclamaram de atrasos nos pagamentos do leite;
- Nos períodos de entre safra o preço pago pelo programa é inferior ao pago pelo mercado, isso contribui para a diminuição da oferta ao programa;
- Ingerência dos estados com relação ao transporte do leite (laticínios decidem suas rotas);
- O tamanho médio das propriedades dos fornecedores de leite, que era de 83 hectares em 2005, caiu para 69 hectares em 2009. Por outro lado, a produção média de leite por propriedade estimada em 72,6 litros/dia em 2009, era de 80,3 litros por dia, em 2005;
- Os fornecedores de até 50 litros/dia representam hoje cerca de 60% do total, enquanto os que produzem mais de 100 litros diários representam 15%. Entre os não fornecedores, 78% produzem menos de 100 litros/dia;
- Público prioritário do programa é constituído por produtores muito pequenos, localizados em áreas distantes e isoladas, que são servidos por estradas muito precárias;
- Ausência de integração com outros programas sociais.

ESTUDO 5

ESTUDO DO PAA NOS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE - MODALIDADES CD E FE

Período de realização: de janeiro a dezembro de 2009

Realização: Solução Consultoria/GTZ

RESULTADOS

PRINCIPAIS PROBLEMAS E CAUSAS

- Insuficiência dos mecanismos de planejamento para a gestão das modalidades CD E FE com ausência de instrumentos de planejamento, identificação e prospecção da demanda e de critérios para a alocação de recursos em áreas e produtos prioritários;
- Baixo grau de articulação da FE com políticas e ações voltadas para a agricultura familiar no âmbito local e de critério para uso de recursos do MDA ou MDS;
- Forma inadequada de comunicação da modalidade aos parceiros e beneficiários, de direcionamento da FE, de orientação da atuação das Suregs quanto a execução da modalidade, seus objetivos e requisitos para a participação;
- Regulamentação da modalidade inadequada à sua operacionalização em maior escala e ausência de previsão quanto ao Controle Social;
- Operação inadequada da FE pelas SUREG, com baixa busca ativa por organizações participantes, falta de critério para a definição de preços, baixo grau de acompanhamento das organizações participantes, falta de encaminhamento para os casos de inadimplência, pouca interlocução direta e baixa disponibilidade de qualificação para as cooperativas e organizações de Afs e poucas parcerias para a potencialização da modalidade;
- Insuficiência de instrumentos complementares para a adequada execução da FE, como assistência técnica na estocagem e para inserção no mercado, intervenção em cadeias sem o conhecimento técnico necessário sobre suas características (como no caso da castanha), oferta de Ater a quem das necessidades das organizações de Afs para as modalidades e mecanismos deficientes de concessão da DAP;
- Limitações das organizações de AFs para atenderem aos requisitos da modalidade, limitações na infraestrutura de armazenagem e/ou processamento das organizações de Afs e baixo grau de conhecimento da FE;
- Insuficientes mecanismos e formas de monitoramento e avaliação da FE.

Alguns dados quantitativos da pesquisa sobre a FE na Região Nordeste:

- 88% dos empreendimentos qualificam a modalidade FE como muito boa, 22% afirmam ter aumentado a renda e 33,9% melhoraram a comercialização;
- 72,9% afirmam usar mais tecnologias, 53,4% aumento da área de plantio, 45,8% diversificaram a produção e 54,3% aumentaram o autoconsumo.

ESTUDO 6

ESTUDOS DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO PAA

Período de realização: de junho de 2009 a março de 2010/Realização: SESAN/FAO

RESULTADOS

Os 10 principais problemas da operação do PAA

- Planejamento: ausência de um método anual transparente, com a participação dos parceiros, capaz de programar a execução anual de todas as modalidades do PAA;
- Comunicação: não existe um projeto de comunicação para o PAA, capaz de assegurar uma identidade para a população;
- Regulamentação: a lei de criação do PAA não foi alterada desde a sua criação e atualmente há uma grande necessidade de aprimoramento de sua gestão, o que impõe maior detalhamento da norma, e sugere a a necessidade de elaboração de uma nova lei para definir regras para a sua execução;
- Qualificação dos parceiros: os processos de qualificação dos parceiros têm sido tímidos e insuficientes para apoiar a gestão adequada de um programa bastante complexo, como o PAA;
- Sistema de apoio a gestão: todos os parceiros se ressentem de um sistema informatizado nacional, capaz de dar suporte a gestão das diversas modalidades do PAA;
- Articulação e complementaridade: ainda há “déficits” de articulação do PAA com outras políticas, programas e ações no âmbito local, notadamente com a ATER para os AFs;
- Controle Social: os mecanismos de controle social sobre a execução do PAA são muito tênues e praticados de modo protocolar, não se aplicando a todas as suas modalidades;
- Monitoramento e avaliação: não há uma metodologia de monitoramento sobre a execução do PAA;
- Atrasos nos pagamentos: o mais recorrente problema apontado em relação a operação do PAA se refere ao atraso no pagamento dos agricultores familiares beneficiários. Este problema é especialmente importante nas modalidades Leite e CDLAF, nas quais os recursos para as aquisições são repassados ao parceiro, para que este efetue o pagamento dos Afs. Desta forma, todas as ineficiências de seus sistemas de compras, empenho e pagamento são incorporados a execução da modalidade, com graves consequências para a imagem do PAA;
- Entraves operacionais: além do atraso no pagamento aos Afs, o maior e mais comum problema enfrentado pelo PAA no âmbito local, existem outros tantos problemas operacionais que requerem sistematização, estruturação e processamento, visando aprimorar a execução do PAA.

Estratégias de enfrentamento:

- Implementação de uma sistemática de planejamento anual para a execução do PAA;
- Definição de um plano nacional de comunicação para o PAA;
- Aprimoramento da regulamentação para o PAA;
- Criação de uma dinâmica permanente de capacitação dos gestores de estados e municípios para a operação do PAA;
- Desenvolvimento de sistema informatizado de apoio a gestão do PAA;
- Incentivo a articulação do PAA com outras políticas, programas e ações desenvolvidos no âmbito local;
- Desenvolvimento de ações voltadas para tornar efetivo o controle social sobre a execução do PAA;
- Desenvolvimento de sistemática para o monitoramento e avaliação do PAA;
- Aprimoramento da operação das diferentes modalidades do PAA.

RESULTADOS DE OFICINAS DE DOCUMENTAÇÃO PARTICIPATIVA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR REALIZADA EM 2006

OFICINA REGIÃO CENTRO-OESTE

Goiânia (7 a 9 de junho de 2006)

DESAFIOS, DIFICULDADES E PONTOS NEGATIVOS

1. Falta de divulgação do PAA para agricultores que não participam e para os beneficiários, pois a maioria não sabe a origem dos produtos que recebe.
2. Produção que circula pelo PAA ainda é restrita, pois a demanda das famílias necessitadas é maior do que a oferta de produtos.
3. Ausência de serviço de vigilância sanitária em vários municípios impede a inclusão de produtos de origem animal.
4. Dificuldade de diálogo existe e varia de lugar para lugar. Em alguns lugares são as prefeituras, em outro as escolas estaduais.
5. Em alguns locais há falta de comunicação e entendimento sobre o papel dos Conselhos Municipais e sua forma de participação no PAA.

PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES

1. O PAA deve se tornar uma política pública permanente.
2. Extensão do PAA a outros produtores, permitindo uma maior inclusão de agricultores e entidades beneficiadas pelo Programa.
3. As organizações devem se organizar para também agilizar o processo de recebimento dos produtos e incluir outros parceiros para ajudar.
4. Fornecer mais informação aos beneficiários sobre os produtos doados.

ENCAMINHAMENTOS

1. As organizações presentes na Oficina se comprometem a fortalecer parcerias e a articulação entre as entidades locais envolvidas no PAA para superar os desafios de logística e aperfeiçoar o funcionamento do Programa.
2. A representante do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Mato Grosso CONSEA/MT presente na Oficina, recomenda que as organizações participantes procurem os CONSEAs dos seus Estados para qualquer necessidade. Os endereços são os seguintes:
 - CONSEA/MT: Claudia M.O.Figueiredo de Souza (presidente), SES/MT- Centro Político Administrativo - Bloco B - Lote 12- Quadra 12- Cuiabá-MT Tel.(65) 3613-5339 e 3613-5340 e 3613-5469. correio eletrônico: ourivesfigueiredo@bol.com.br
 - CONSEA/GO: Pedro Monteiro Torres Neto (presidente), Rua 256 nº 52 Qd. 117 Setor Leste Universitário Goiânia - GO, (62) 3201-8982 e 3216-1002, 3216-1030, E-mail: conesan@seagro.go.gov.br
 - CONSEA/MS: Sueli Martins Viçoso do Amaral (presidente), Rua Marechal Rondon, 713, Campo Grande - Mato Grosso do Sul, Tel. (67) 3382-6724 correio eletrônico : consea@net.ms.gov.br
 - CONSEA/TO: Valquiria Moreira Rezende (presidente), Quadra 103 Norte Rua nº 5 sala 09, Palmas - Tocantins, Tel: (63) 3218-1902, correio eletrônico: gabinete@setas.to.gov.br
 - Representantes da Região Centro-Oeste no CONSEA Nacional: Dulce Terezinha Cunha (Talher Estadual de Goiás) correio eletrônico dulcecunha@aol.com.br; e Delzi Maria de Araújo Castro (CONSEA/MS) correio eletrônico delzi.castro@bol.com.br

OFICINA REGIÃO NORTE - AMAZÔNIA OCIDENTAL

Rio Branco (24 a 26 de maio de 2006)

DESAFIOS, DIFICULDADES E PONTOS NEGATIVOS

1. A diminuição do recurso de um ano para o outro resulta na diminuição do número de beneficiários.
2. Há algumas instituições que não recebem os itens básicos como feijão, arroz, leite, carne, frutas, frango, ovos e peixes.
3. Problemas na articulação entre produtores e beneficiários pode resultar em produtos em excesso para poucos beneficiários. A falta de hábito de comer e preparar verduras limita a variedade de produtos ofertados pelos produtores.

PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES

1. Aumentar o montante de recursos destinados ao PAA para que o Programa possa atender a um maior número de produtores, proponentes, beneficiários e municípios.
2. Divulgação de informações para entidades proponentes e beneficiárias do Programa de forma a ampliar a rede de entidades beneficiárias
3. Liberar todos os itens alimentícios listados nos projetos, sempre que atendidos os demais critérios utilizados pela CONAB (período de safra, objetivos do Programa, e preço).
4. Definir mais de uma pessoa para assinar o Termo de Aceitabilidade, dando preferência para quem realmente recebe os alimentos. Na maioria dos casos, pessoas de cargos executivos são pouco disponíveis e, às vezes, põem questões políticas à frente dos objetivos do programa, dificultando o trabalho das organizações locais.
5. Buscar maior articulação entre as organizações beneficiárias da doações e organizações proponentes implementadoras de projetos de Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea para a busca de soluções de logística adequadas à realidade local.
6. No momento de elaboração das propostas, deve-se buscar organizar a produção de maneira a fornecer a maior diversidade de alimentos possíveis para atender as necessidades nutricionais das pessoas que receberão os alimentos.
7. Promover a criação e fortalecimento dos Serviços de Vigilância Sanitária no municípios e instalar abatedouros municipais para viabilizar a inclusão de produtos de origem animal na lista de produtos fornecidos às entidades beneficiárias.
8. Nos locais em que há ações da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, as organizações devem buscar maior acompanhamento das políticas de apoio à infra-estrutura territorial e incluir suas demandas.

9. Promover ações educativas para os consumidores sobre qualidade e aproveitamento dos alimentos.
10. Os diversos setores envolvidos com a segurança alimentar e nutricional devem empreender ações para estimular a criação e fortalecimento de conselhos de segurança alimentar municipais.
11. As instituições proponentes e beneficiárias devem buscar maior intercâmbio entre si, independente da presença Conab.

ENCAMINHAMENTOS

1. Para agilizar o processo de recebimento dos pagamentos, as organizações proponentes devem cadastrar mais de uma pessoa nas organizações beneficiárias para assinar o Termo de Aceitabilidade após o recebimento dos alimentos, documento necessário para a CONAB liberar os pagamentos. Não é necessário pedir assinatura de Prefeito ou qualquer Secretaria Municipal ou Estadual.
2. As organizações de produtores e organizações beneficiários se comprometem na busca de uma maior articulação para debater, planejar, elaborar os projetos tomar decisões sobre a logística de entrega e qualidade dos produtos.
3. As organizações participantes se comprometem a fortalecer os Conselhos Municipais existentes envolvidos com o PAA e estimular a criação de conselhos de segurança alimentar municipais.
4. Os agricultores familiares e organizações participantes se comprometem a acompanhar as reuniões de discussão dos fóruns municipais e estaduais para desenvolvimento de territórios, de forma a incluir as demandas de infraestrutura do PAA.

OFICINA REGIÃO NORDESTE **Fortaleza (16 a 18 de maio de 2006)**

DESAFIOS, DIFICULDADES E PONTOS NEGATIVOS

1. O PAA demorou. Se tivesse vindo há mais tempo a gente estava em melhor situação.
2. Problemas de comunicação dificultam o acesso ao Programa. Há casos de projetos em andamento com divergência de informações entre as organizações e as entidades envolvidas.
3. Falta de articulação entre CONAB e beneficiários para melhor entendimento sobre o Programa.
4. Em alguns casos, as embalagens são ruins e de baixa qualidade.

5. Na maioria dos casos os Conselhos Municipais são ausentes e não acompanham o andamento do Programa nas entidades beneficiárias.
6. As Instituições locais que deveriam ajudar a implementar o PAA estão, geralmente, desarticuladas. Isto exige que as organizações proponentes (associações /cooperativas) invistam tempo para convencer Escolas e Prefeitos dos benefícios de aderir ao Programa.
7. A Compra Especial com Doação Simultânea ainda tem pequena abrangência, beneficiando principalmente as escolas O Programa ainda enfrenta dificuldades para beneficiar as famílias mais carentes.

PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES

1. Os recursos aplicados no Programa devem ser ampliados para atender as demandas e para que as doações de alimentos possam beneficiar um maior número de instituições, como por exemplo, aquelas que atuam na área da saúde, assistência social e outras áreas afins.
2. Nos Municípios em que não existe o CONSEA, buscar maior participação de outros Conselhos Municipais para que se garanta o controle social local sobre a implementação do Programa.
3. Melhoria das embalagens utilizadas no PAA.
4. Diversificar os produtos comercializados pelo PAA, mantendo os que já são comprados.
5. Maior diversificação de gêneros alimentícios nas doações.
6. Promover capacitação para agricultores, diretores de escolas e merendeiras.

ENCAMINHAMENTOS

1. A CONAB e as organizações se comprometem a participar nos espaços de discussão da regulamentação de produtos orgânicos ´para que o PAA seja considerado um canal de venda direta e assim possibilite sistema de certificação simplificado previsto na legislação.
2. As SUREG's vão fornecer cartazes de identificação do PAA para organizações de fornecedores e beneficiários.

OFICINA PAA REGIÃO SUL
Curitiba (26 a 28 de abril de 2006)

DESAFIOS, DIFICULDADES E PONTOS NEGATIVOS

1. Apesar de os esforços de mutirão para retirada de documentação, ainda persiste a dificuldade de cadastramento de pessoas com renda mínima, pois muitas ainda não possuem a documentação necessária.
 - Como é feito o cadastro das pessoas com renda mínima? De que forma ele pode contribuir na determinação das entidades beneficiárias?
2. Em muitos casos, os consumidores dos alimentos doados pelo PAA não sabem a origem das doações.
 - Há a necessidade de melhor coordenação entre Entidade Fornecedora e Entidades Consumidoras. Como forma de estimular tal interação, sugiro que sejam prioritários os projetos que conseguem explicitar na descrição da metodologia de suas respectivas sínteses a coordenação e interação dos respectivos atores sociais.
3. Apesar de esforços das organizações parceiras, em muitos casos ainda não há um trabalho intensivo e sistemático de acompanhamento das famílias beneficiadas com as doações do PAA .
 - Necessidade de qualificar o acompanhamento.
4. A ausência de apoio do poder público local aumenta a dificuldade de gestão dos projetos.
5. Falta de atuação dos Conselhos Municipais e Prefeituras na implementação do Programa.
 - Aqueles projetos que demonstram maior capacidade de coordenação dos atores envolvidos devem ser prioritários e estimulados.
6. Há dificuldades e falta de transparência na formação dos Conselhos Municipais e, na maioria das localidades que dispõe de Conselho, estes têm pouca ou nenhuma participação na implementação dos projetos.
 - Se existe pouca participação dos Conselhos em determinados municípios, é importante que a Conab consiga identificá-los. Uma das formas de se descobrir isso é por meio da adaptação/valorização do tópico do formulário do tit 30 onde a entidade descreve o processo de formação e a metodologia de participação dos Conselhos no projeto. Aquelas entidades que o fizerem de forma incompleta, insuficiente, ou não conseguirem fazê-lo, devem ser secundárias em relação às que conseguirem demonstrar tal funcionamento.
7. Em muitos casos, as famílias mais necessitadas não estão organizadas. Como o PAA vai chegar até estas famílias?
 - Como equacionar a relação entre Necessidade de Organização Formal (CNPJ) e Necessidade de Alimentos?

PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES

1. O Governo Federal deve transformar o PAA em uma política pública permanente, garantindo fontes de recursos seguras dentro do Orçamento Plurianual. Recursos da merenda escolar designados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) podem ampliar a abrangência das aquisições e possibilitar maior participação dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar.
 - Deixar as escolas para atendimento com os recursos do FNDE (depois que for aprovado o Termo de Cooperação Técnica com a Conab). Os projetos que forem realizados com recursos do MDS devem possuir uma cota para a doação para escolas.
2. É necessário criar - nos locais em que não existe- e fortalecer os espaços de controle social do PAA, para que a gestão do Programa se dê de maneira democrática e participativa.
 - Necessidade de valorizar os projetos que contenham controle social efetivo. Como descobrir e identificar os projetos que possuem controle social efetivo?
3. Recomenda-se que as entidades que recebem as das doações coloquem uma identificação visível indicando que é beneficiário de alimentos adquiridos pelo PAA.
 - Apenas uma medida de Divulgação e Publicidade. Talvez possa ser estimulada pela prioridade dada aos projetos que se propuserem a fazê-lo. Acho que é meio complicado?
4. Propõe-se que a CONAB faça um mapeamento dos locais em que o PAA ainda não chegou, avaliando as causas e, posteriormente, promovendo a divulgação do Programa nestes locais.
 - Priorizar os locais ainda não abrangidos pelo programa.
5. Dar continuidade ao processo de discussão e avaliação periódica do PAA, ampliando a discussão do Programa dom as entidades beneficiárias.
 - As entidades que descreverem e efetivamente realizarem a discussão e avaliação das atividades durante o acompanhamento das entregas devem ser priorizadas.

ENCAMINHAMENTOS

1. As organizações sociais comprometem-se em buscar uma maior articulação entre o PAA e Conselho de Alimentação Escolar (CAE) na perspectiva da complementação de recursos e priorização da aquisição de produtos da agricultura familiar pelos municípios para melhoria da qualidade da alimentação escolar.
 - Aquelas que efetivamente conseguirem realizar tal articulação devem ser priorizadas.

OFICINA REGIÃO NORTE-AMAZÔNIA ORIENTAL

Manaus (27 a 29 de junho de 2006)

DESAFIOS, DIFICULDADES E PONTOS NEGATIVOS

1. Projetos feitos sem participação direta dos beneficiários. Nós, os beneficiários, recebemos os produtos mas não participamos na elaboração do projeto como um todo. O beneficiário que também participa do processo de construção do projeto se sente mais responsável, tirando a imagem de “paternalismo”.
2. A pouca divulgação do Programa.
3. Falta de comunicação e de informação, entre a CONAB e as organizações proponentes e beneficiárias, e entre as próprias organizações. Isso resulta em “chiado”. As pessoas ouvem mas não escutam.
4. Termo de aceitabilidade: em alguns casos dá trabalho pegar as assinaturas.
5. Quando há falta de diálogo e entendimento entre a organização proponente e organização beneficiária, podem ocorrer problemas de logística na entrega dos alimentos doados.
6. Os Conselhos Municipais ainda são fracos e participam pouco do PAA.
7. Falta de compromisso dos Conselhos Municipais com as organizações.
8. Pouca funcionalidade dos CONSEAS e outros Conselhos Municipais.
9. Há municípios onde ocorre uso indevido do Programa para fins de politicagem

PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES

1. Na elaboração projeto buscar uma ação conjunta das organizações proponentes e organizações beneficiárias.
2. Elaboração e/ou divulgação de material educativo sobre aproveitamento dos produtos e manipulação dos alimentos, principalmente para funcionários, merendeiras, atendentes das entidades beneficiárias e membros das associações e organizações proponentes.
3. A CONAB deve elaborar um informativo impresso e colocar na Internet. O objetivo é a divulgação das ações para a população de modo geral, principalmente para aqueles que são beneficiados e ainda não conhecem o Programa. Importante também informar a abrangência do projeto PAA, assim como os seus resultados.
4. Maior integração e coordenação entre os diversos Programas do Fome Zero atuando na Região.
5. Realização de Seminário ou Encontro, reunindo organizações proponentes e beneficiárias para informar sobre os projetos aprovados na Região.
6. Promover outras oportunidades para troca de informações e experiências entre as organizações envolvidas no Programa.

ENCAMINHAMENTOS

1. No momento de elaboração da proposta, as organizações que irão receber as doações devem indicar dois nomes para assinar o Termo de Aceitabilidade e Recebimento - TAR, preferencialmente pessoas que estão diretamente envolvidas com o recebimento das doações. Cada CNPJ cadastrado tem que indicar nomes para assinar o Termo de Aceitabilidade. Uma organização beneficiária não pode responder pela outra. Deve-se evitar a indicação de pessoas muito ocupadas e distantes do dia a dia do projeto. Isso ajuda evitar atrasos na coleta das assinaturas e, conseqüentemente, agiliza o envio da documentação necessária para a CONAB autorizar o pagamento.
2. A CONAB acata as sugestões para melhorar a comunicação e conta com o mesmo empenho por parte das organizações proponentes e beneficiárias, solicitando que as mesmas enviem informações sobre o andamento do Programa na sua localidade.

7. PERSPECTIVAS DO PAA

- Marco legal
- Orçamento
- Formato operacional
- Cobertura
- Funções
- Papéis
- Finalidades

PROPOSTAS PARA O FORTALECIMENTO INSTITUICIONAL, SOCIAL E ORGANIZACIONAL DO PAA

As propostas aqui sistematizadas foram apresentadas pelos participantes do II Seminário do Programa de Aquisição de Alimentos, reunidos em Brasília DF, entre os dias 16 a 18 de junho de 2008.

Propostas relacionadas ao fortalecimento e à integração de políticas públicas

- 1) Incorporação do PAA como um dos centros estratégicos no Programa Mais Alimentos.
- 2) Estruturação de uma rede de equipamentos públicos e de serviços nos territórios, com especial atenção às populações em insegurança alimentar e maior capilarização da CONAB;
- 3) Inclusão do PAA nas Leis Orgânicas Municipais e Estaduais como um instrumento de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.
- 4) Articulação de seminários regionais do PAA por intermédio da coalizão governamental, CONSEA e sociedade civil, para seu fortalecimento como instrumento de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Propostas relacionadas com a operacionalização e execução do PAA

- 5) Elevação da cota máxima por família/ano, elevando este teto para R\$ 4.980,00 por produtor, garantindo, assim, a remuneração de um salário mínimo/mês e aumentar o teto conforme o salário mínimo.
- 6) Liberação dos recursos 2008 e superação dos problemas de atraso na liberação dos recursos que se repetem ano a ano. Os projetos não podem se restringir ao ano fiscal e devem respeitar o calendário sazonal da produção agrícola.
- 7) Revisão dos tributos que incidem sobre as operações do programa buscando diminuir a carga de impostos pagos pelos(as) agricultores (as) familiares e suas organizações.
- 8) Manutenção da possibilidade de adiantamento dos recursos, particularmente no caso das operações da CPR Doação.
- 9) Incorporação dos serviços ambientais aos custos de produção no caso dos produtos da sociobiodiversidade;
- 10) Atenção especial deve ser dada pelo PAA aos jovens, alunos de escolas agrícolas, que tem dificuldade de se inserir no mercado .
- 11) Garantia do tratamento das diferenças regionais acesso/distâncias, produtos diferenciados.
- 12) Criação de mecanismos que permitam a renovação automática dos projetos com grupos já beneficiados, com a exigência somente das certidões negativas e não de toda a documentação como se fosse um projeto novo.
- 13) Criação de uma instância de interlocução permanente dos movimentos sociais e CONSEA no Grupo Gestor do PAA para acompanhar a evolução das

propostas apresentadas neste seminário, incluindo o monitoramento do processo.

- 14) Respeito aos contratos de modo que não ocorra a quebra dos mesmos como tem acontecido (preços contratados têm sofrido alteração durante a vigência do contrato).
- 15) Aceitação de declarações de prefeituras, igrejas, etc. como documentos válidos, em alternativa às DAPs, para o caso de agricultores (as) familiares que não dispõem de título de terra ou contrato de meeiro/parceiro
- 16) Descentralização do poder de decisão de preços para as Superintendências Regionais (SUREGs/CONAB);
- 17) Compatibilização dos preços com as realidades regionais; os mecanismos de atualização de preços devem ser ágeis; ter preços diferenciados para maior número de produtos (ex. produtos agroindustrializados).
- 18) Garantia para que os recursos do FNDE/PNAE a serem utilizados via PAA, admitam modalidades de compra em relação direta com as organizações dos agricultores (as) familiares, sem necessariamente/exclusivamente ter de passar pelas Prefeituras e Governos Estaduais.
- 19) Garantia de diferenciação de tributos para os produtos da agricultura familiar: possibilidade de pagamento dos tributos com o próprio produto; há informação que o ICMS será assumido pela CONAB a partir de 2008, voltando à situação de 2006.

Propostas relacionadas ao fortalecimento das Organizações da Sociedade Civil

- 20) Ampliação e fortalecimento das redes de fornecedores e beneficiários dos alimentos e das redes de comercialização.
- 21) Maior capilaridade ao programa, considerando que muitos agricultores (as) familiares ainda não têm acesso ao mercado institucional.
- 22) Fortalecimento de arranjos institucionais locais com a participação da sociedade civil.
- 23) Fortalecimento das organizações econômicas dos agricultores (as) e das ações de capacitação dos agricultores (as), incluindo a gestão das cooperativas, associações e disponibilização de recursos para a infra-estrutura – computadores, veículos, sede, etc.
- 24) Priorização para as organizações associativas de produtores (as) e consumidores (as) em todas as modalidades do PAA o que contribui para o fortalecimento das capacidades comerciais e gerenciais dos empreendimentos solidários.
- 25) Efetivação de um marco legal que garanta repasse de recursos públicos para organizações da sociedade civil, desbloqueando as ações e programas governamentais de interesse da sociedade.

Propostas relacionadas com o PAA e a produção agroecológica

- 26) Priorização da produção agroecológica nas várias políticas com vistas a apoiar mudança gradativa da matriz produtiva nos processos de transição agroecológica.
- 27) Garantia de ATER específica para produção agroecológica e gestão de empreendimentos coletivos e de beneficiamento.
- 28) Busca de alternativas que permitam enfrentar os problemas de contaminação das sementes, em especial as sementes crioulas por cultivos transgênicos, de forma a não inviabilizar as operações de compra e doação de sementes crioulas.
- 29) Garantia que a regulamentação da Lei 10.831/2003 conhecida como Lei da Agricultura Orgânica, atualmente em consulta pública, considere as operações do PAA como operações de venda direta (na medida em que não há revenda), permitindo - conforme possibilidade prevista no Decreto 6323 de 27/12/07 (Capítulo II, Artigo nº 28) - a comercialização de produtos orgânicos sem certificação e sua bonificação dos produtos agroecológicos em 30%.
- 30) Disponibilização de recursos do PRONAF Infra-estrutura não reembolsáveis para o beneficiamento da produção quando se tratar de organizações e agricultores (as) agroecológicos.
- 31) Implementação de processo e reforço ao trabalho de qualificação sanitária para produtos da agricultura familiar e da relação com a vigilância sanitária, de modo a atender as exigências legais. Adesão ao SUASA.
- 32) Articulação nos estados de um movimento para que os governos estaduais ofereçam contrapartida ao PAA, isentando de impostos os produtos da agricultura familiar.
- 33) Realização de oficinas específicas para beneficiários consumidores nos próximos eventos do PAA.
- 34) Realização de pesquisas sobre o PAA visando avaliar seu impacto, dar maior visibilidade ao programa e às experiências, explorando aspectos inovadores das diversas iniciativas em andamento.

AS PROPOSTAS ESPECÍFICAS RESULTANTES DAS OFICINAS DE TRABALHO

Deve-se observar que as proposições relativas à oficina sobre o PAA e o fortalecimento das organizações da Agricultura Familiar e dos Assentamentos da Reforma Agrária foram incorporadas nos itens anteriores.

O PAA e alimentação escolar:

- 1) Garantia de dotação orçamentária definida em orçamento anual e plurianual que atenda às tendências de ampliação e dinâmicas desse mercado.
- 2) Construção de mecanismos que garantam a aquisição de alimentos em situação de escassez devido a eventos climáticos.
- 3) Realização de processos de sensibilização e formação dos atores envolvidos sobre a potencialidade da alimentação escolar e maior qualidade dos produtos

agroecológicos: gestores, técnicos, agricultores(as) familiares, merendeiras, conselheiros e comunidade escolar.

- 4) Proposta de formação de grupo de trabalho para a construção de canais de diálogo com o FNDE e elaboração da proposta de regulamentação do Decreto 6447/08 da aquisição de alimentos no formato PAA com recursos do PNAE, incorporando os acúmulos e aprendizados construídos pelas diversas experiências de acesso ao mercado institucional da alimentação escolar e garantindo a participação social dos segmentos da agricultura familiar e dos Conselhos de Alimentação Escolar.
- 5) Proposta de ampla mobilização para aprovação do PL 2877/08 da Alimentação Escolar, garantindo instalação imediata da Comissão do PL no Congresso, com um posicionamento político desse seminário reconhecendo aspectos inovadores do projeto: extensão da alimentação escolar aos alunos do ensino médio; redefinição do controle social; mínimo de 30% de compra da agricultura familiar sem licitação.
- 6) Criação de mecanismos de coibição da terceirização e que o estado seja o ente responsável pela promoção, coordenação e realização da alimentação do escolar.
- 7) Criação de imediato de um grupo de trabalho para construir uma proposta de regulamentação da compra de gêneros para a alimentação escolar via PAA, com a participação dos segmentos da agricultura familiar, CECANES, CONSEA e órgãos vinculados à gestão dos programas.
- 8) Provisão de rubrica específica para capacitação e o exercício do controle social relativo à articulação entre a alimentação escolar e o PAA.

O PAA e o Semi-árido

- 1) Garantia da diversificação de produtos do semi-árido pelas diversas modalidades do PAA, gerando maior sustentabilidade para as experiências e para a segurança alimentar.
- 2) Compreensão do ambiente do semi-árido como um sistema produtivo que precisa se potencializar em algumas épocas do ano inclusive com captação de água e desenvolver programas levando em conta a capacidade de suporte para a criação de animais na Caatinga.
- 3) Efetivação do controle social do programa no semi-árido na relação com as prefeituras; relação com os movimentos sociais nos estados que operam o PAA Leite; fortalecimento dos conselhos e capacitação para a atuação junto ao PAA.
- 4) Criação de infra-estrutura para atendimento de demandas geradas a partir do PAA (agroindústria de leite, polpa de frutas).
- 5) Envolvimento de outros setores como agentes de saúde, assistentes sociais, no acompanhamento dos beneficiários do programa e garantir a entrega dos produtos aos consumidores que realmente têm direito.

- 6) Estudo da viabilidade de expansão do PAA leite no semi-árido considerando as necessidades da criação extensiva e da carência de infra-estrutura para a implantação de uma caprinocultura de leite.

O PAA e a agricultura urbana e periurbana

- 7) Fortalecimento do PAA Municipal visando proporcionar a execução do Programa de forma contínua, sem interrupções ocasionadas pela dinâmica de vigência dos convênios.
- 8) Possibilidade de emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para os(as) agricultores (as) urbanos e periurbanos.
- 9) Política de ATER para os agricultores(as) familiares beneficiados pelo PAA.

O PAA e a cidadania das mulheres

- 10) Difusão e capacitação para as mulheres sobre o PAA e fortalecer intercâmbio entre as experiências com participação das mulheres.
- 11) Realização de estudos e pesquisas sobre a caracterização da participação das mulheres no programa.
- 12) Garantia do PAA para grupos de mulheres que integram as associações e cooperativas e acesso à DAP em nome das mulheres.
- 13) Integração entre o PAA e a proposta de Programa de Apoio à Organização Produtiva das Mulheres (PPIGRE/MDA); articular gestores locais e organização de mulheres, ampliar o leque de produtos, em especial aqueles da biodiversidade não alimentícia.

O PAA e a participação dos povos e comunidades tradicionais

- 14) Propostas de políticas públicas para as comunidades tradicionais que levem em conta as diferenças culturais e a língua e realizar sua integração para alavancar as potencialidades sociais e ambientais que esses grupos oferecem para a sociedade.
- 15) Ampliação do debate local e regional junto às comunidades tradicionais sobre a articulação do PAA com a alimentação escolar.
- 16) Realização de pesquisa que avalie o impacto do PAA sobre a autonomia econômica e política das comunidades.
- 17) Simplificação do cadastro das entidades beneficiadas.
- 18) Utilização do PAA como um estágio para a inclusão dos(as) produtores(as) no mercado.
- 19) Garantia de estabilidade na parceria e desenvolvimento de critérios de melhoria contínua para prosseguir fornecendo os alimentos.